

Universidade

Federal do

Pampa

**TRABALHO FINAL DE
GRADUAÇÃO**

**O TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL
NO PROCESSO DE FORTALECIMENTO DA
ECONOMIA SOLIDÁRIA DAS FAMÍLIAS DA
COMUNIDADE RURAL DE SÃO MARCOS
DO MUNICÍPIO DE SÃO BORJA/RS**

**Autora Mariele Medeiros Leiria
Orientador Prof. Me. Fabio J. Gaviraghi**

São Borja/RS

2010

MARIELE MEDEIROS LEIRIA

**O TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL NO PROCESSO DE
FORTALECIMENTO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA DAS FAMÍLIAS DA
COMUNIDADE RURAL DE SÃO MARCOS DO MUNICÍPIO DE SÃO
BORJARS**

Trabalho Final de Graduação apresentado a banca de graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Pampa, como requisito parcial para obtenção do Título de Bacharel em Serviço Social.

Orientador: Fabio Jardel Gaviraghi

**São Borja
2010**

MARIELE MEDEIROS LEIRIA

O TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL NO PROCESSO DE FORTALECIMENTO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA DAS FAMÍLIAS DA COMUNIDADE RURAL DE SÃO MARCOS DO MUNICÍPIO DE SÃO BORJA/RS

Trabalho Final de Graduação apresentado a banca de graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Pampa, como requisito parcial para obtenção do Título de Bacharel em Serviço Social.

Área de concentração: Ciências Sociais
Apliadas

Trabalho Final de Graduação defendido e aprovado em 16 de dezembro de 2010.

Banca examinadora:

Prof^o. Me. Fabio Jardel Gaviraghi
Orientador
(Serviço Social/Graduação) – (UNIPAMPA)

Prof^a. Dr^a. Caroline Goerck
(Serviço Social/Graduação) – (UFSM)

Dedico este trabalho aos meus PAIS Maria Flora e Mario, aos meus IRMÃOS Everton e Rafael, todos fundamentais na minha vida e que acreditaram no meu sonho.

AGRADECIMENTOS

Inicialmente agradeço a minha família, aos meus pais e aos meus irmãos que foram fundamentais nessa caminhada, pelo amor, carinho, força e compreensão, indispensáveis nesse processo de formação. OBRIGADA POR TUDO!

Agradeço as minhas amigas Aline Lucero, Karine Carvalho e Letícia Santos, essenciais em minha vida, por serem verdadeiras amigas, irmãs, companheiras, parceiras para toda a hora e todos os momentos, às vezes com algumas briguinhas, mas no final tudo termina em risos e gargalhadas. Mesmo que a distância ou alguma circunstância nos afaste, levarei todas em meu coração e jamais esquecerei vocês. AMO VOCÊS PARA TODO SEMPRE!

Agradeço a duas pessoas especiais, Alene Silva e Bárbara Nunes que pude conhecer e conviver melhor no final da graduação, mas que tenho um imenso carinho e admiração, pessoas alegres, divertidas, e que já fazem parte da minha vida. ADORO VOCÊS MENINAS!

Agradeço aos colegas da turma de Serviço Social, pelo convívio e pela oportunidade de troca de conhecimentos em sala de aula, pelas alegrias, aborrecimentos, enfim tudo em prol de um amadurecimento e crescimento pessoal adquirido nesses quatro anos de formação.

Agradeço a Prof^a Dra. Simone Barros de Oliveira, pela oportunidade ímpar nessa caminhada acadêmica, onde proporcionou uma experiência magnífica na inserção no projeto de extensão, que foi o percussor de tudo, do estágio profissionalizante e da elaboração desse trabalho final de graduação. Por meio desse projeto, conquistei várias coisas, prêmios em salões científicos, viagens, enfim uma grande conquista profissional e pessoal em minha vida, que jamais esquecerei. ADMIRO-TE MUITO!

Agradeço ao Prof. Me. Fabio Jardel Gaviraghi pela paciência e pela compreensão nesse processo de construção árduo, pelo auxílio e orientação. OBRIGADA MESMO!

Agradeço a Profª. Me. Fabiana Aguiar, pelas orientações de estágio, pelo teu suporte teórico, pois é uma pessoa inteligente, meiga e muito exigente, mas todos os teus ensinamentos valeram à pena. OBRIGADA!

Agradeço a Profª Dra. Caroline Goerck e a Profª Me. Eliana Cogoy por serem essas pessoas especiais, carinhosas, brincalhonas, “minhas professoras do coração” e torço muito para o sucesso e felicidade de vocês. Seres humanos e profissionais incríveis. OBRIGADA MESMO!

Agradeço a todas as professoras do curso de Serviço Social da UNIPAMPA, a Profª Dra. Cristina Fraga, a Profª Dra. Elisângela Maia Pessoa, a Profª Me. Laura da Fonseca pelos ensinamentos, pelos momentos de reflexões e por possibilitarem um olhar mais amplo diante da realidade e dos desafios da profissão. OBRIGADA!

Agradeço também a três pessoas maravilhosas Charles Hoepner, Vanelise Aloraldo e Vanessa Gomes, que pude conhecer e conviver melhor neste último semestre da graduação, são pessoas especiais, iluminadas, divertidas e seres humanos incríveis. VALEU POR TUDO!

Agradeço a UNIPAMPA, por ser a minha segunda casa nesses últimos quatro anos de minha vida, e espero num futuro muito breve retornar. Enfim, agradeço todas as pessoas que de certa forma fizeram parte dessa conquista. OBRIGADA MESMO!

“Nunca deixe que lhe digam, que não vale a pena acreditar no sonho que se tem ou que seus planos nunca vão dar certo ou que você nunca vai ser alguém. Quem acredita sempre alcança”.

(Renato Russo)

RESUMO

Este trabalho final de graduação refere-se à reflexão teórico-prática do estágio obrigatório em Serviço Social I e II realizado na Comunidade Rural de São Marcos do município de São Borja/RS no período de agosto de 2009 a julho de 2010. O estágio foi realizado através do Projeto de Extensão “Sustentabilidade Ambiental: gerando renda por meio de práticas solidárias”. Tendo como principal finalidade a geração de trabalho e renda na perspectiva da Economia Solidária. Trabalhou-se com os princípios da Economia Solidária, que objetivam a cooperação, a solidariedade, a autogestão, a democracia e o fortalecimento do coletivo, sendo famílias assentadas do MST/INCRA e do Banco da Terra. Na medida em que a população atendida envolveu-se nesse processo, tornou-se agente transformador da realidade em que estava inserida. A contribuição do Serviço Social deu-se à luz da transformação social, por meio da conscientização, autonomia e protagonismo social das famílias e na organização e materialização da Feira de Economia Solidária. Além, de contribuir com o rompimento da competição e individualidade existente no grupo, conseguindo assim, trabalhar de forma coletiva e solidária.

Palavras-chave: Transformações no mundo do trabalho, Economia Solidária, Serviço Social.

ABSTRACT

This final work graduation refers to the theoretical and practice of compulsory internship in Social Work I and II held at the Rural Community of Saint Mark in São Borja / RS in the period August 2009 to July 2010. The stage was conducted through the Extension Project "Environmental Sustainability: generating income through practices of solidarity. " With the primary purpose of generating employment and incomes in the Solidarity Economy perspective. Worked with the principles of Solidarity Economy, aimed at cooperation, solidarity, self-management, democracy and the strengthening of the collective, and settler families from the MST / INCRA and the Land Bank. To the extent that the population served was involved in the process, became an agent of transformation of reality in which it was inserted. The contribution of Social Work took place in the light of social transformation, through awareness, autonomy and social role of families and the organization and materialization of Fair Economy. In addition, to contribute to the disruption of existing competition and individuality in the group, thus, work collectively and in solidarity.

Keywords: Changes in the world of work, Solidarity Economy, Social Services.

LISTA DE SIGLAS

MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

INCRA - Instituto Nacional de Reforma Agrária

ONGs - Organizações Não – Governamentais

MTE - Ministério do Trabalho e Emprego

SENAES - Secretária Nacional de Economia Solidária

RS - Rio Grande do Sul

UNIPAMPA - Universidade Federal do Pampa

ASAF- SM – Associação dos Agricultores Familiares de São Marcos

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
2 AS TRANSFORMAÇÕES NO MUNDO DO TRABALHO E O DESENVOLVIMENTO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS	14
2.1 As metamorfoses do trabalho	14
2.2 O significado dos Movimentos Sociais e a gênese do MST.....	21
3 ECONOMIA SOLIDÁRIA: UMA NOVA ALTERNATIVA DE GERAÇÃO DE TRABALHO E RENDA PARA ASSENTADOS.....	26
3.1 Breve discussão sobre o Cooperativismo	26
3.2 A Economia Solidária e a importância da SENAES.....	29
3.3 A contribuição do Serviço Social para o fortalecimento dos empreendimentos de Economia Solidária e suas famílias	33
4 APRESENTAÇÃO DO CAMPO DE ESTÁGIO	38
4.1 Histórico de São Borja	38
4.2 Histórico do Projeto de Extensão	41
5 O PROCESSO DE TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL POR MEIO DO RELATO DE EXPERIÊNCIA.....	47
5.1 Método Dialético Crítico	47
5.2 Relato da Experiência	49
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	55
REFERÊNCIAS	57

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho final de graduação¹ tem como perspectiva realizar uma reflexão teórico-prática da experiência vivenciada no estágio obrigatório em Serviço Social I e II realizado pela acadêmica na Comunidade Rural de São Marcos do município de São Borja/RS. O estágio foi desenvolvido por meio do Projeto de Extensão “Sustentabilidade Ambiental: gerando renda por meio de práticas solidárias”.

O tema do trabalho está relacionado com o trabalho do assistente social, para o processo de fortalecimento da Economia Solidária das famílias assentadas do MST/INCRA da Comunidade Rural de São Marcos do Município de São Borja/RS. Atendendo um público-alvo de dez famílias inseridas no projeto de intervenção “Fortalecimento das famílias assentadas do MST/INCRA da comunidade rural de São Marcos por meio dos princípios da Economia Solidária.”

A experiência que será relatada apresenta a contribuição da Economia Solidária como forma de geração de trabalho e renda para quem se encontra a margem do mercado formal do trabalho. Sendo esta, um meio de desenvolvimento econômico oposto ao sistema capitalista que prioriza a competição, o individualismo, o trabalho fragmentado e setorializado.

O trabalho está estruturado em quatro capítulos. No primeiro capítulo abordam-se as transformações no mundo trabalho, as metamorfoses do trabalho, além de explanar a gênese dos movimentos sociais como forma de resistência ao sistema capitalista, e especificamente o surgimento do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra/MST.

No segundo capítulo aborda-se a importância da Economia Solidária como alternativa de geração de trabalho e renda para assentados, discutindo um pouco sobre o Cooperativismo, sobre a Secretária Nacional de Economia Solidária/SENAES, o Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento e a

¹ Trabalho final de graduação é uma monografia científica, exigência curricular para obtenção de diploma de graduação em Serviço Social. É o trabalho no qual o aluno sistematiza o seu conhecimento, como resultado de um processo investigativo, a partir de uma indagação teórica, preferencialmente provocada pela prática de estágio. Ou seja, trata-se da problematização, teoricamente fundamentada, de um tema colhido na experiência de estágio ou pesquisa (IAMAMOTO, 2008, p.286).

contribuição do Serviço Social para o fortalecimento desses empreendimentos solidários e suas famílias.

No terceiro capítulo aborda-se o histórico e a apresentação do campo de estágio, ressaltando a trajetória da instituição, o público-alvo, bem como o trabalho do assistente social na prática do cotidiano.

No quarto capítulo aborda-se o relato da experiência vivenciada nas diversas atividades, onde se deu a prática profissional, ou seja, o processo de trabalho do assistente social e a metodologia utilizada nessa realidade. Por fim, as considerações finais e as referências.

2 AS TRANSFORMAÇÕES NO MUNDO DO TRABALHO E O DESENVOLVIMENTO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS

As transformações societárias, ligadas ao mundo do trabalho ampliam constantemente o nível de desigualdade social, elevando-se as manifestações da Questão Social. As mesmas se apresentam de diversas formas, através do desemprego, da pobreza, da violência, bem como nos diversos espaços urbanos e rurais. Amplia-se assim a necessidade de alternativas de geração de trabalho e renda, e da mobilização dos movimentos sociais, entre eles e em especial o movimento dos trabalhadores rurais sem terra/MST, enquanto espaço de luta pelo acesso a terra, bem como espaço de propagação da Economia Solidária.

2.1 As metamorfoses do trabalho

Para uma abordagem referente às transformações no mundo do trabalho se faz necessário, primeiramente uma conceituação sobre o trabalho em si. A compreensão de trabalho² é entendida como todas as formas de dispêndio de energia física ou intelectual. O trabalho constitui-se assim, como um elemento essencial na vida do ser humano, ou seja, parte de uma intencionalidade para chegar a uma finalidade (MARX, 1989).

Para Holanda (2002) o trabalho passa a ser entendido como uma atividade humana singular que faz a mediação da troca orgânica do homem com a natureza, tendo em vista a transformação de objetos naturais em valores de uso.

As transformações no mundo do trabalho, por sua vez poderiam ser abordadas desde os seus primórdios com as primeiras ondas de industrialização, no

² Trabalho é a expressão de uma relação metabólica entre o ser social e a natureza. No seu sentido primitivo e limitado, por meio do ato laborativo, objetos naturais são transformados em coisas úteis (ANTUNES, 2006).

entanto serão rapidamente elencados os períodos de mais importância do século XX, da organização científica do trabalho, do desenvolvimento dos processos produtivos e acumulação capitalista, da criação de novas tecnologias, da globalização da economia e neoliberalismo.

Começando pela década de trinta do século XX, apresenta-se esse período caracterizado pelo desenvolvimento do modelo taylorista/fordista. Esse modelo de gestão de mão-de-obra baseava-se no trabalho fragmentado, com uma produção com um máximo rendimento e mínimo esforço e num menor tempo, assim tendo como principal objetivo eliminar o trabalho manual (RITTER, 2010).

O chamado taylorismo, desenvolvido por Taylor³ foi essencial para permitir, dentro dos processos de trabalho nas indústrias, uma padronização dos gestos, das formas de fazer, dos processos e produtos, com uma doutrina fundada nos seguintes princípios: mecanização da produção, estudo dos tempos, movimentos e treinamentos (RITTER, 2010).

Ritter (2010) destaca que com a implantação dos princípios de Taylor, obteve-se uma reação contrária dos trabalhadores, que reclamavam do controle excessivo e do não repasse dos ganhos de produtividade. E assim, Ford⁴ propôs um pacto de trabalho, que visava o repasse dos salários na garantia da produtividade, além do aperfeiçoamento da linha de montagem, padronização do produto e da produção em grande quantidade.

O processo de trabalho taylorista/fordista representou a forma mais avançada da racionalização capitalista ao longo de várias décadas, sendo esse processo produtivo baseado na acumulação intensiva e numa produção em massa executada por operários predominantemente semiquilificados (ANTUNES, 2006).

Podendo-se afirmar que o modelo de trabalho taylorista/fordista tinha um sistema regulador e de compromisso com os países capitalistas avançados, articulando assim, na dinâmica do capital e trabalho e mediado pelo Estado (ANTUNES, 2007).

³ Frederick Taylor, engenheiro americano, precursor da “Teoria da Administração Científica”, desenvolveu técnicas de racionalização do trabalho, com intuito de garantir uma produção com menores custos (ANTUNES, 2007).

⁴ Henry Ford, fundador da Ford Motor. Iniciou sua carreira em mecânica, onde em 1906-1907 deu início a uma campanha na Ford para produção de carros padronizados e um consumo em massa (ANTUNES, 2007).

Os ideais impostos por Taylor e Ford tinham como pressupostos ampliar a acumulação de capital. As idéias de Taylor sempre procuravam o aumento do máximo da produtividade e as de Ford aplicavam-se na produção e consumo de massa (ANTUNES apud GAVIRAGHI, 2010).

Durante o período desse modelo ocasionou-se uma crise de acumulação capitalista que resultou na chamada Grande Depressão, marcada pelas altas taxas de deflação, desemprego e empobrecimento da população.

Frente a essa realidade, são adotadas as idéias Keynesianistas, teoria desenvolvida por Keynes⁵ que objetivava a intervenção do Estado e a reativação da produção. Essa teoria buscava soluções capitalistas para a crise do próprio capitalismo, onde o Estado fazia o planejamento econômico e social, garantindo assim o pleno emprego e a distribuição de renda socialmente produzida (RITTER, 2010). As idéias Keynesianas aconteceram no período da chamada “idade de ouro”⁶ das políticas sociais, e no caso brasileiro acontece nas décadas de sessenta e setenta.

As autoras Behring e Boschetti (2007) ressaltam que com a intervenção estatal na atividade produtiva, propagou-se o chamado Welfare State⁷ (Estado de Bem-Estar Social), deixando para o Estado canalizar o fundo público tanto para o financiamento de capital como para a reprodução da força de trabalho. Onde essa crise aparece como uma das principais causas do questionamento acerca do Welfare State.

Como a crise estatal, inicia-se políticas voltadas às teorias neoliberais, pautadas na minimização do Estado, com privatizações, abertura de mercados e diminuição da transferência do Estado nas políticas sociais.

Junto a essas políticas neoliberais e com a crise do modelo de trabalho taylorista/fordista emergiu o chamado toyotismo e a era da acumulação flexível no

⁵ John Maynard Keynes, autor da “Teoria geral do emprego, do juro e do dinheiro”. Defendia a idéia de que o Estado tinha um papel fundamental na administração macroeconômica (ANTUNES, 2007).

⁶ Idade de ouro das políticas sociais, destacada por três elementos, o primeiro é em relação ao crescimento do orçamento social em todos os países da Europa, outro deles é o crescimento incremental de mudança demográfica, expresso pelo aumento da população idosa nos países capitalistas centrais, que aumentou os gastos com aposentadorias e saúde. E o terceiro elemento é o crescimento seqüencial de programas sociais no período (BEHRING; BOSCHETTI, 2007).

⁷ O termo Welfare State origina-se na Inglaterra. Para muitos, começou a ser formado na Europa no último terço do século XIX, se firmou a meados do século XX como a instituição diretamente responsável pelo atendimento de necessidades sociais agravadas pelo inexorável desenvolvimento capitalista (PEREIRA, 2009).

Ocidente nos anos setenta, possibilitando um trabalhador mais qualificado, participativo, multifuncional e polivalente (ANTUNES, 2007).

Para Antunes (2006) o toyotismo ou o “modelo japonês” é entendido como uma forma de organização do trabalho, que visa atender às exigências mais individualizadas do mercado consumidor, possuindo assim, uma produção variada e bastante heterogênea, se utilizando da exploração da força de trabalho.

Assim, o processo de produção toyotista é caracterizado por:

Uma intensificação da exploração do trabalho quer pelo fato de os operários trabalharem simultaneamente com várias máquinas diversificadas, quer pelo ritmo e a velocidade da cadeia produtiva dada pelo sistema de luzes. Ou seja, presencia-se uma intensificação do ritmo produtivo dentro do mesmo tempo de trabalho ou até mesmo quando este se reduz (ANTUNES, 2006, p. 56).

Nesse sentido, exige-se um trabalhador polivalente, exercendo várias funções ao mesmo tempo, acarretando assim, uma intensa exploração do trabalho e uma aceleração do ritmo de produção com o mesmo tempo de trabalho.

Grave (2002) destaca que o modelo de produção toyotista objetiva o aumento dos lucros com redução dos custos, ou seja, o tempo é o mais aproveitado possível e com um mínimo possível de estoques, tendo também a interação entre o pensar e o agir. E a chamada acumulação flexível marcada por um novo processo de gestão, caracterizada pela flexibilização da produção e pelos novos mecanismos adequados as exigências do mercado.

Outro ponto essencial do toyotismo é destacado como:

Para a efetiva flexibilização do aparato produtivo, é também imprescindível à flexibilização dos trabalhadores. Direitos flexíveis, de modo a dispor desta força de trabalho em função direta das necessidades do mercado consumidor. O toyotismo estrutura-se a partir de um número mínimo de trabalhadores, ampliando-os, através de horas extras, trabalhadores temporários ou subcontratação, dependendo das condições de mercado. O ponto de partida básico é um número reduzido de trabalhadores e a realização de horas extras (ANTUNES, 2007, p. 36).

Destaca-se a partir dessa referência a importância da flexibilização dos trabalhadores em relação à articulação da força de trabalho e as necessidades do mercado consumidor. Com isso, o toyotismo estrutura-se com um mínimo de trabalhadores e com o máximo de horas extras.

Surgindo paralelamente com o toyotismo tem-se o desenvolvimento da globalização, que visa o mercado livre e sem fronteiras, pautado nas idéias neoliberais. E a nova etapa de integração internacional, que engloba tudo e todos, caracterizando-se pela revolução tecnológica, institucional e financeira (RITTER, 2010). Com a expansão da globalização evidenciou-se uma mudança significativa no universo do trabalho.

O mundo do trabalho no capitalismo contemporâneo reestruturou-se do trabalho industrial e fabril para uma transformação expressiva do trabalho assalariado. Com essa aceleração e expansão fulminante constataram-se novas manifestações e expressões da Questão Social, como o desemprego estrutural⁸ e a precarização do trabalho⁹ geradas pelo processo evolutivo no mundo laboral (ANTUNES, 2007).

Antunes (2007) destaca que a década de oitenta do século XX, foi marcada em especial nos países do capitalismo avançado, por uma intensa modificação, na inserção da estrutura produtiva e nas formas de representação sindical e política, sendo assim destacada:

[...] uma década de grande salto tecnológico, a automação, a robótica e a microeletrônica invadiram o universo fabril, inserindo-se e desenvolvendo - se nas relações de trabalho e de produção do capital. Vive-se no mundo da produção, um conjunto de experimentos, mais ou menos intensos, mais ou menos consolidados, mãos ou menos presente, mais ou menos tendências, mais ou menos embrionários (ANTUNES, 2007, p. 24).

Essa forma de acumulação capitalista, voltada para o trabalho assalariado, aumenta a intensificação da exploração do trabalho, que atinge os trabalhadores que vendem sua força de trabalho e que não detém os meios de produção, como

⁸ Desemprego estrutural envolve o pauperismo e a lumpenização, as xenofobias, os etnicismos e os racismos, atingindo principalmente os setores sociais assalariados, desempregados, pauperizados ou imigrantes (SINGER, 2008).

⁹ Precarização do trabalho toma a forma de relações informais ou incompletas de emprego, e ampliação da segurança de emprego (SINGER, 2008).

por exemplo, o que acontece no meio rural. Assim, essas pessoas se mobilizam na luta pela terra e inserção nos movimentos sociais. Além disso, destaca-se também a globalização, outro fator que impulsiona a mobilização da classe trabalhadora.

A tecnologia e a globalização que se aceleram contribuem para a valorização do capital e a redução progressiva do valor da duração do trabalho. Tendo a partir do século XX as reduções de oitenta a sessenta horas semanais, e em seguida de sessenta a quarenta horas semanais (KAUFMANN, 2002). Reduzindo essas horas no espaço de trabalho, mas muitas vezes esses trabalhadores, trabalham em casa ou encontram outros espaços para complementar a renda.

A globalização é um processo que se realiza sem solução de continuidade há mais de cinqüenta anos. E o desemprego estrutural é causado pela globalização (SINGER, 2008). Com isso, acarretando a abertura dos portos e fronteiras brasileiras para o comércio internacional, possibilitando a entrada de produtos e capital estrangeiro, reduzindo a produção e conseqüentemente o emprego.

No âmbito da globalização, as políticas respaldadas na ótica neoliberal visavam o crescimento e a estabilidade econômica, ocasionando assim, uma precarização das condições e relações de trabalho, bem como o aumento do desemprego (SINGER, 2008).

No Brasil, as idéias neoliberais¹⁰ são implantadas pelo governo de Fernando Collor (1990-1992), tendo continuidade nos demais governos. Assim o país insere-se no plano econômico internacional embasado nas políticas neoliberais, ditadas pelo Consenso de Washington¹¹ (COUTO, 2006).

O processo de reestruturação produtiva e o neoliberalismo no Brasil tiveram origem nas reformas implantadas pelo governo Collor, possibilitando assim a construção de novas condicionantes fundadas em uma política econômica de inserção subordinada na globalização que, entre outras medidas, marcaram a introdução de um projeto neoliberal em nosso país (BUSNELLO, 2000).

¹⁰ Idéias neoliberais é uma ideologia que determina reformas estatais orientadas para o mercado, em volta a liberalização comercial, privatização, desregulação, que deveriam ser apoiadas politicamente por políticas sociais compensatórias direcionadas para a redução do Estado ao mínimo e para o pleno controle da economia do mercado (MONTAÑO, 2008).

¹¹ Consenso de Washington, chamado também de neoliberalismo, nasceu em 1989, criado pelo economista inglês John Williamson, ex-funcionário do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional (FMI). Em uma conferência do Institute for International Economics (IIE), em Washington, Williamson listou políticas que o governo dos Estados Unidos preconizava para a crise econômica dos países da América Latina (COUTO, 2006).

Amaral e César (2009) apresentam o processo de reestruturação produtiva do capital como um movimento que visa à recriação das bases de valorização e dominação ideológica do capital. E no contexto nacional, esse processo implica profundas transformações no mundo do trabalho e expressa uma série de transformações que afetam diretamente o conjunto da vida social.

De acordo com Lira (2008) os séculos XX e início do XXI foram marcados por muitas transformações no mundo do trabalho, todas essas vinculadas à contradição inerente ao regime de produção capitalista, relacionado ao desenvolvimento absoluto das forças produtivas em contrapartida com as condições específicas de produção.

Nesse movimento de transformações no mundo do trabalho, a questão determinante é a redefinição do processo de produção de mercadorias. Assim, nessa estrutura reorganizada, é possível constatar um conjunto de iniciativas do capital que mobiliza novas formas de: consumo da força de trabalho, controle da força de trabalho, produção material da força de trabalho e reprodução espiritual da força de trabalho (AMARAL; CESAR, 2009).

Dessa forma, o desemprego no final do século XX e início do século XXI, não são exclusivamente verificados pela ausência de atividades laborais e precariedade das relações assalariadas, mas também se transformou num fator explicativo de problemas e tendências da transformação econômica e social (GOERCK, 2009).

O desemprego na atualidade apresenta-se como um fenômeno complexo e heterogêneo, pois atinge de forma generalizada praticamente todos os segmentos sociais, inclusive camadas de maior escolaridade, profissionais com experiência em níveis hierárquicos superiores e em altos escalões de remuneração (POCHMANN, 2000).

Segundo Barbosa, o desemprego associa-se como:

A precarização baseada na degradação das condições e relações de trabalho, reestruturando o mercado e alargando a heterogeneidade social com trabalhos parciais, terceirizados, temporários, com sérias conseqüências para processos de solidariedade e formação de identidades coletivas entre os trabalhadores (BARBOSA, 2008, p. 92).

Salienta-se que o desemprego não está só associado à falta de renda, mas também por outros fatores como o avanço e desenvolvimento tecnológico, a globalização¹², a III Revolução Industrial¹³ e a existência e predominância dos latifúndios. Singer (2008) também destaca que a III Revolução Industrial sob diversos aspectos difere das anteriores. Ela traz consigo acelerado o aumento da produtividade do trabalho tanto na indústria como em numerosos serviços, sobretudo dos que recolhem, processam, transmitem e arquivam informações. Como ela está em curso, é difícil prever seus desdobramentos próximos e longínquos.

Assim, o desemprego exclui pessoas do campo, e com a presença dos latifúndios que obriga muitos pequenos produtores a venderem suas terras, como por exemplo, pessoas participantes do MST, sendo esses em sua grande maioria desempregados do campo e da cidade.

Nesse cenário de turbulência, de condições precárias de trabalho, desemprego, de terra nas mãos de poucos, que surge os movimentos sociais e em especial o de acesso a terra, uma mobilização dos trabalhadores na busca e na garantia de direitos. Pois, o desemprego que atinge o campo também contribui para a ampliação da pobreza, motivando na luta pelo direito e acesso à renda, espaços de organização.

2.2 O significado dos movimentos sociais e a gênese do MST

Desde o século XIX quando a sociedade europeia foi revolucionada com o movimento operário, se discute o conceito de movimento social, que de modo geral, pode ser considerado como uma espécie de comportamento coletivo que envolve um grande número de pessoas com a intenção de modificar a ordem social estabelecida sob determinada ideologia (BONOTTO, 2008).

Gohn (2007) destaca que os movimentos sociais são ações sociais coletivas de caráter sócio-político e cultural que viabilizam distintas formas da população

¹² Globalização é um processo de reorganização da divisão internacional do trabalho, acionado em partes pelas diferenças de produtividade e de custos de produção entre países (SINGER, 2008).

¹³ Denominada também como a nova onda industrial (SINGER, 2008).

organizar-se e expressar suas demandas. Na atualidade, os movimentos sociais atuam por meio de redes sociais, locais, regionais, nacionais, internacionais e utilizam muito dos novos meios de comunicação e informação, como a internet.

Com o crescimento do sistema capitalista e sua solidificação, onde o surgimento de novas tecnologias fez com que a massificação do desemprego se expandisse de forma incontrollável, onde os próprios sujeitos começaram a tornar-se protagonistas, por meio de mobilizações e pelo surgimento dos movimentos sociais.

Já no final do século XIX e início do século XX, surgiram movimentos camponeses messiânicos, que seguiam um líder carismático. São exemplares os movimentos de Canudos, com Antônio Conselheiro; do Contestado, com Monge José Maria; o Cangaço, com Lampião, e diversas lutas regionalizadas (CASTRO, 2009).

A origem do movimento de trabalhadores que se constituiu na luta organizada pelo acesso a terra deu-se através dos Trombas e Formoso¹⁴, Ligas Camponesas, União dos Lavradores, Trabalhadores do Brasil, Movimento dos Agricultores Sem Terra/ MASTER que tiveram a preocupação com a organização e resistência na disputa da relação de poder com os latifundiários (LIMA, 2006).

Para Lima (2006) a luta organizada dos trabalhadores por terra consolidou-se a partir das décadas de cinquenta e sessenta. A organização beneficiou o movimento no sentido de criar grupos e frentes de luta pela terra pela Reforma Agrária.

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra¹⁵ nasceu das lutas concretas que os trabalhadores rurais foram desenvolvendo de forma isolada, na região Sul do país, pela conquista da terra, no final da década de 70 do século XX.

O Brasil vivia a abertura política, pós-regime militar, e o capitalismo nacional não conseguia mais aliviar as contradições existentes no avanço em direção ao campo. A concentração da terra, a “expulsão” dos pobres da área rural e a

¹⁴ Trombas e Formoso são movimentos de trabalhadores que constituíram o processo de luta organizada pelo acesso a terra (LIMA, 2006).

¹⁵ O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, também conhecido pela sigla MST, é um movimento social brasileiro de inspiração marxista e do cristianismo progressista (teologia da libertação), cujo objetivo é a realização da reforma agrária no Brasil (Disponível em: http://pt.wikipedia.org/wiki/Movimento_dos_Trabalhadores_Rurais_Sem_Terra. Acesso em: 30 de setembro de 2010)

modernização da agricultura persistiam, enquanto o êxodo para a cidade e a política de colonização entrava em aguda crise (CASTRO, 2009).

Para Silva (2010) o MST é um movimento social de luta pela reforma agrária, mas, no processo de luta foi percebido que apenas a luta pela terra não garantiria a constituição dos sujeitos. É por isso que juntamente com a luta pela terra, o movimento implementou a luta pelo direito à educação, no sentido de possibilitar as pessoas que constituem o movimento, acesso ao conhecimento historicamente produzido pela humanidade.

O MST surge em meio a crescente urbanização vivida nas últimas décadas com intensos processos de exclusão social. São camponeses buscando formas não muito convencionais de enfiamento, através de acampamentos, marchas urbanas, ocupação de órgãos públicos, enfim, provocando um olhar sobre a vida política e social do país e em especial, para o problema da terra (WESCHENFELDER; MARIA, 2010).

Segundo Castro (2009), o MST não é algo novo na história do Brasil, consiste na continuidade das lutas camponesas, em uma nova fase e época. Durante muitos anos, os índios e negros protagonizavam essa luta, defendendo territórios invadidos pelos bandeirantes e colonizadores, ou unindo a luta pela liberdade com a da terra própria e construindo os quilombos.

O movimento dos trabalhadores rurais sem terra, também conhecido como Movimento dos Sem Terra ou MST, é fruto de uma questão agrária, que é estrutural e histórica no Brasil. Nasceu da articulação das lutas pela terra, que foram retomadas a partir do final da década de 70, especialmente na região Centro-Sul do país e, aos poucos, expandiu-se pelo Brasil inteiro. O MST teve sua gestação no período de 1979 a 1984, e foi criado formalmente no Primeiro Encontro Nacional de Trabalhadores Sem Terra, que se realizou de 21 a 24 de janeiro de 1984, em Cascavel, no estado do Paraná (CALDART, 2009).

Ainda conforme Castro (2009), o MST visa três grandes objetivos: a terra, a reforma agrária e uma sociedade mais igualitária. Quer a expropriação das grandes áreas nas mãos de multinacionais, o fim dos latifúndios improdutivos, com a definição de uma área máxima de hectares para a propriedade rural. É contra os projetos de colonização, que resultaram em fracasso nos últimos trinta anos e quer uma política agrícola, voltada para o pequeno produtor.

Os eventos que marcaram a história do MST foram às lutas em forma de ocupações, principalmente de latifúndios, tendo como marco principal as ocupações das Glebas Macali e Brilhante, no município de Ronda Alta/RS em 1979, e o I Encontro Nacional em Cascavel/PR no mesmo ano. Esse encontro de trabalhadores sem-terra de vários estados do país foi o que deu ao movimento a característica de luta pela terra e pela Reforma Agrária no cenário nacional (LIMA, 2006).

Para Gohn (2007) o MST surge em nosso cenário político e econômico, propondo-se a lutar por mudanças sociais no país e pela construção de uma “sociedade igualitária” a partir da superação da propriedade privada dos meios de produção, o que considera ser a estrutura central que sustenta a constituição das relações sociais nos moldes necessários para a manutenção do modo de produção capitalista.

Assim o MST é um exemplo de movimento social popular da história do país, da união da classe trabalhadora, do trabalho coletivo e cooperado em prol de um interesse em comum entre todos que lutam pela reforma agrária e pela conquista de uma terra:

O MST é atualmente o maior movimento social popular organizado do Brasil e, possivelmente, o maior da América Latina. A base de sua atuação é no meio rural, junto a trabalhadores rurais de origens diversas, Muitos já foram pequenos proprietários, outros eram assalariados segundo várias modalidades de relação de trabalho (usualmente via relações diretas sem contrato social), e outros ainda são de origem urbana, viviam nas periferias das cidades de diferentes regiões do Brasil (GOHN, 1998, p.19).

Entende-se a importância do MST para a constituição e efetivação dos direitos sociais e em especial as leis trabalhistas conquistadas pela luta popular e mobilização dos trabalhadores.

O MST passa a ser considerado um interlocutor para a formulação de uma reforma agrária para o país e não um simples movimento organizado por forças de oposição ao governo, com propostas radicais e socializantes, como era a visão que permeava o tratamento que o poder público dispensava anteriormente àquele movimento (GOHN, 2006).

O MST avalia que, uma família para ser considerada assentada, precisa receber a sua terra, ir morar nela e receber os recursos mínimos para reiniciar sua vida (FEITOSA, 1999).

E os sem terra assentados podem até ser considerados uma nova forma de campesinato, mas jamais serão os mesmos camponeses de antes. Por isto continuam se chamando e sendo chamados de Sem terra, e participam do MST. Porque esta é uma nova identidade, que, enraizada nas suas próprias tradições culturais de trabalhador de terra, recriou identidade porque a vinculou como uma luta social, com uma classe e com um projeto futuro (CALDART, 2000).

Os movimentos sociais persistem em algumas frentes de luta, e se reestruturam em organizações propositivas em outras frentes, correspondentes a problemas sociais que avançaram progressivamente. Nas décadas de 70 e 80 predominaram os movimentos sociais populares urbanos e na década de 90 a predominância eram as Organizações Não-Governamentais/ONGs que ganharam autonomia e até hoje constituem um universo próprio no cenário organizativo.

Assim, como os movimentos sociais são uma forma de mobilização dos trabalhadores contra o sistema capitalista, a Economia Solidária é também uma alternativa de mobilização desses trabalhadores que estão à margem desse sistema, sendo esta uma forma não só de resistir ao sistema como de protestar por uma nova sociedade, onde o sujeito tenha vez de ser protagonista da sua própria história de luta. A Economia Solidária é uma forma de fortalecer os empreendimentos, ou melhor, os assentamentos.

Os movimentos sociais são importantes na luta pelos direitos dos trabalhadores. O MST luta pelo acesso a terra, pelo acesso a renda para muitas famílias que sofrem pelo desemprego rural, como o desemprego urbano, ambos os frutos do êxodo rural. Mas muitas vezes, o MST atinge seus objetivos, sendo o principal via de acesso a terra, fica “abandonado” e sem apoio necessário para realizar suas atividades, como a geração de renda para sua subsistência.

Surgindo então outra possibilidade que é a Economia Solidária, que gera renda de forma não excludente e que visa o ser humano e não o lucro, contribuindo para o fortalecimento da organização e mobilização desses trabalhadores.

3 ECONOMIA SOLIDÁRIA: UMA NOVA ALTERNATIVA DE GERAÇÃO DE TRABALHO E RENDA PARA ASSENTADOS

O presente item tem como foco de discussão a trajetória do Cooperativismo, a gênese da Economia Solidária, explicitando o programa de Economia Solidária e a SENAES (Secretária Nacional de Economia Solidária). Focalizando assim, a Economia Solidária como uma forma de geração de trabalho e renda por pessoas que estão à margem da sociedade, para integrantes dos movimentos sociais como o MST que já estão assentados e buscam alternativas de sobrevivência.

Destaca-se também a contribuição do Serviço Social enquanto profissão, que pode contribuir no fortalecimento dos empreendimentos solidários, bem como as famílias que integram e participam dos mesmos.

3.1 Breve discussão sobre o Cooperativismo

Com a precarização das condições e relações de trabalho, bem como da exploração dos trabalhadores pelos detentores dos meios de produção, existentes entre os séculos XVIII e XIX na Europa, emergindo um novo modo de organizar e sistematizar o trabalho chamado de cooperativismo. Entre esses séculos mencionados predominava o liberalismo, em contrapartida como resistência da classe trabalhadora ao liberalismo econômico, surgindo o cooperativismo¹⁶, principalmente na Inglaterra e França (RECH, 2000).

Para Rech (2000) quando no século XVIII ocorreu a I Revolução Industrial proporcionou transformações nos meios de produção e afetando diretamente a classe trabalhadora. O trabalho que anteriormente desenvolvia-se por meio da manufatura foi trocado por máquinas a vapor, tear mecânico, estradas de ferro, dando início as grandes fábricas. Nesse momento histórico, o capitalismo deu início aos seus primeiros passos rumo a sua consolidação industrial.

¹⁶ Cooperativismo consiste, num processo de práticas associativas, pelos quais os sujeitos aglutinam suas forças de produção e sua capacidade de consumo, além do capital social, com a finalidade de se desenvolverem econômica e socialmente, almejando a melhoria de suas rendas, assim como da sociedade (PINHO apud GOERCK, 2009).

Sendo esse cenário de mudança, o cooperativismo surgiu como forma de resistência ao novo modo de produção que estava emergindo, ou seja, o capitalismo, que acabou acarretando desemprego e exploração. Os primeiros atores, tecelões da cooperativa de Rochdale que adotaram o cooperativismo como modo de organização sonhavam com uma sociedade mais justa e igualitária, princípios estes que se diferenciavam do modo de produção capitalista, onde o trabalho desenvolvia-se por meio do individualismo, fragmentação e setorização. Um marco simbólico e importante para o cooperativismo é a cooperativa de Rochdale, fundada em 1844, na Inglaterra (RECH, 2000).

Os principais atores sociais e precursores que contribuíram para esse movimento do cooperativismo foram: P.C. Plockboy¹⁷, John Bellers¹⁸, Robert Owen¹⁹, François Marie Charles Fourier²⁰ (GOERCK, 2009).

Essa cooperativa fundou-se em resposta a uma greve dos trabalhadores que reivindicaram melhores condições de trabalho e salário. Em resposta a manifestação teve-se dez trabalhadores demitidos. Em razão do acontecido esses trabalhadores uniram-se e formaram uma cooperativa como alternativa de geração de trabalho e renda que fosse auxiliar na sua sobrevivência, dando início as primeiras reuniões com bases cooperativistas (GOERCK, 2006).

A Cooperativa de Rochdale também elaborou os sete princípios que fundamentam o cooperativismo, designados como: a adesão livre, gestão democrática, taxa limitada de juros ao capital, distribuição de sobras equivalentes, neutralidade social e política, ativa cooperação entre as cooperativas e educação, capacitação e informação (RECH, 2000).

¹⁷ Plockboy era holandês, e contribuiu para o pensamento primordial do cooperativismo e suas idéias objetivaram a melhoria da qualidade de vida e felicidade dos sujeitos (SCHNEIDER, 1991).

¹⁸ John Bellers, era inglês, imaginou uma colônia, onde nestas colônias deveria haver uma cooperação entre seus integrantes, durante o processo de trabalho (PINHO, 1977).

¹⁹ Robert Owen, pioneiro do Socialismo Inglês, e influenciado pelo pensamento de John Bellers, projetava um meio social em que as relações de trocas, entre os sujeitos, seriam estabelecidas pelo consumo urbano (SCHNEIDER, 1991).

²⁰ François Marie Charles Fourier, de nacionalidade francesa, explanava uma sociedade estabelecida por associação de produção rural, sem a necessidade de abolir a propriedade privada (HUGON, 1980).

A experiência da Cooperativa de Rochdale é importante por duas razões. A primeira é que ela mostrava o objetivo das cooperativas de consumo (que compram no preço do atacado e revendem no varejo aos societários, economizando assim o que se perderia com os intermediários), que difere das cooperativas de produção (empresas possuídas majoritariamente por seus próprios assalariados) (DEMOUSTIER, 2006).

A partir desse embasamento nota-se que o cooperativismo surgiu como uma forma de resistência ao modo de produção capitalista em que os próprios trabalhadores tiveram que achar uma alternativa inovadora que desse conta de suas necessidades, já que o modo de produção capitalista não conseguia inserir todos os sujeitos aptos e não aptos ao trabalho, por meio de idéias chamada por muitos estudiosos como utópicas, por ter interesses antagônicos ao capitalismo monopolista, visão igualitária e democrática onde sonhavam que esses princípios poderiam um dia predominar o modo de produção econômico.

O cooperativismo tornou-se importante no Brasil principalmente no final do século XIX, devido à abolição da escravatura, sendo vinculado a interesses que se sobrepõem ao trabalho coletivo autogestionário, ou seja, introduzidos pelo Estado como forma de regulação social (GOERCK, 2006).

Apresenta Goerck (2006) que no Brasil o cooperativismo teve forte influência dos países europeus e a partir de 1932, com o decreto nº 22.239, durante o governo de Getúlio Vargas, que surge a primeira Legislação Cooperativista. O cooperativismo nessa circunstância foi incitado devido a recessão resultante da queda da bolsa de valores de Nova York. No Rio grande do Sul os imigrantes italianos e germânicos, trouxeram para o estado suas experiências européias relacionadas ao cooperativismo e implantaram seus princípios em várias comunidades gaúchas.

Nesse cenário de legitimação e fortalecimento do cooperativismo, surge também a Economia Solidária, uma forma inovadora de geração de trabalho e renda entre os sujeitos. Frente a isso, o cooperativismo é a base e o suporte da Economia Solidária.

3.2 A Economia Solidária e a importância da SENAES

A Economia Solidária²¹ é uma forma de geração de trabalho e renda e apresenta uma aposta de organização da sociedade civil, na transformação das relações de produção que passam pela organização tanto dos produtores e consumidores (SINGER, 2002).

Singer (2002) destaca que a Economia Solidária foi criada pouco depois da Revolução Industrial, como reação ao espantoso empobrecimento e miséria das classes subalternas provocados pela difusão das máquinas e da organização e efetivação das fábricas de produção.

Porém, a Economia Solidária ressurgiu pelo contexto da reestruturação do capital, causados pelo neoliberalismo, globalização e como resgate da luta histórica dos trabalhadores, como defesa contra exploração do trabalho humano e como alternativa de organização dos mesmos.

Existem contradições, onde a Economia Solidária só teria perspectiva de desenvolvimento se a economia capitalista mergulhasse numa depressão longa e profunda ou se a hegemonia da burguesia rentista mantivesse a economia da maioria dos países crescendo sempre menos que a elevação da produtividade do trabalho (SINGER, 2002).

A SENAES (Secretária Nacional de Economia Solidária) que surge em 2003 definiu um conjunto de características que podem identificar grupos de Economia Solidária como organizações: coletivas e suprafamiliares, cujos participantes são trabalhadores dos meios urbano e rural que exercem a autogestão das atividades e do destino dos seus resultados (SENAES, 2010).

Barbosa (2008) apresenta a Economia Solidária como uma modalidade de economia popular, de práticas econômicas de sobrevivência, que reúne grupos em associações, cooperativas ou pequenas empresas baseadas na cooperação e autogestão.

²¹ Economia Solidária é um jeito diferente de produzir, vender, comprar e trocar o que é preciso para viver. Sem explorar os outros, sem querer levar vantagem, sem destruir o ambiente. Cooperando, fortalecendo o grupo, cada um pensando no bem de todos e no próprio bem (Disponível em: <http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/prog_apresentacao.asp>. Acesso em: 15 de maio de 2010).

A economia solidária vem se apresentando, nos últimos anos, como algo inovador de alternativa de geração de trabalho e renda e uma resposta a favor da inclusão social, possuindo os seguintes princípios:

Cooperação: existência de interesses e objetivos comuns, a união dos esforços e capacidades, a propriedade coletiva de bens, a partilha dos resultados e a responsabilidade solidária. Envolve diversos tipos de organização coletiva: empresas autogestionárias ou recuperadas (assumida por trabalhadores); associações comunitárias de produção; redes de produção, comercialização e consumo; grupos informais produtivos de segmentos específicos (mulheres, jovens etc.); clubes de trocas etc. Na maioria dos casos, essas organizações coletivas agregam um conjunto grande de atividades individuais e familiares.

Autogestão: os/as participantes das organizações exercitam as práticas participativas de autogestão dos processos de trabalho, das definições estratégicas e cotidianas dos empreendimentos, da direção e coordenação das ações nos seus diversos graus e interesses, etc. Os apoios externos, de assistência técnica e gerencial, de capacitação e assessoria, não devem substituir nem impedir o protagonismo dos verdadeiros sujeitos da ação.

Dimensão Econômica: é uma das bases de motivação da agregação de esforços e recursos pessoais e de outras organizações para produção, beneficiamento, crédito, comercialização e consumo. Envolve o conjunto de elementos de viabilidade econômica, permeados por critérios de eficácia e efetividade, ao lado dos aspectos culturais, ambientais e sociais.

Solidariedade: O caráter de solidariedade nos empreendimentos é expresso em diferentes dimensões: na justa distribuição dos resultados alcançados; nas oportunidades que levam ao desenvolvimento de capacidades e da melhoria das condições de vida dos participantes; no compromisso com um meio ambiente saudável; nas relações que se estabelecem com a comunidade local; na participação ativa nos processos de desenvolvimento sustentável de base territorial, regional e nacional; nas relações com os outros movimentos sociais e populares de caráter emancipatório; na preocupação com o bem estar dos trabalhadores e consumidores; e no respeito aos direitos dos trabalhadores e trabalhadoras (MTE²², 2010).

Considerando essas características, a Economia Solidária aponta para uma nova lógica de desenvolvimento sustentável com geração de trabalho e distribuição de renda, mediante um crescimento econômico com proteção ao meio ambiente.

No Brasil o histórico da Economia Solidária surge a partir dos anos oitenta e noventa com as primeiras experiências solidárias. A Economia Solidária expandiu-se a partir de instituições e entidades que apoiavam iniciativas associativas

²² Ministério do Trabalho e Emprego. Disponível em:

<http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/prog_apresentacao.asp>. Acesso em: 15 de maio de 2010.

comunitárias e pela constituição e articulação de cooperativas populares, redes de produção e comercialização, feiras de cooperativismo e economia solidária, etc. Atualmente, a economia solidária tem se articulado em vários fóruns locais e regionais, resultando na criação do Fórum Brasileiro de Economia Solidária (BARBOSA,2008).

Segundo Ritter (2010) a realidade da Economia Solidária representa um campo de práticas em construção. Possuindo nesse processo de geração de trabalho e renda quatro grupos de atores ou instâncias que se interrelacionam, como os empreendimentos econômicos e solidários, clubes de troca, associações de moradores e as Entidades de Apoio e Fomento (EAF).

A SENAES incorpora a responsabilidade de atenção aos novos segmentos cooperativistas populares (BARBOSA, 2008). E por meio da SENAES foi criado em âmbito nacional o programa de Economia Solidária em Desenvolvimento, que hoje é o principal programa de apoio a empreendimentos de geração de trabalho e renda desenvolvido no Brasil.

Para Goerck (2006) o programa de Economia Solidária em desenvolvimento objetiva promover o sentimento de pertencimento e de participação dos trabalhadores aos empreendimentos coletivos, visando a transformação da realidade das comunidades e dos sujeitos que estão incluídos nessas cooperativas e/ou associações. Essas experiências constituem-se em empreendimentos coletivos que geram rendas aos sujeitos, são apoiados normalmente por instituições sociais: igrejas, universidades, sindicatos, entre outros.

O programa de Economia Solidária também tem como objetivo o fortalecimento e divulgação da Economia Solidária Nacional, mediante políticas integradas e visando a geração de trabalho e renda, inclusão social e promoção do desenvolvimento justo e solidário.

Ressalta-se também a importância da incorporação da Economia Solidária como alternativa de política pública, que ocorre na medida em que ela se constrói na complexa trama onde se dão os processos interativos que formam a tradição cultural, por meio dos quais são internalizados valores e competências para a ação e a formação de identidades (SILVA, 2002).

Silva (2002) destaca ainda que as iniciativas de Economia Solidária e as organizações que delas surgem podem somar-se a outros processos de fortalecimento da sociedade civil e democratização da relação Estado-Sociedade,

principalmente dada a sua origem em grupos sob processos de exclusão sociocultural (mulheres, desempregados, doentes, etc.).

Frente a isso, o processo de trabalho na perspectiva da Economia Solidária mais do que um modo de produção e de ganhos materiais, evidencia a cooperação, a solidariedade, a cidadania e a conquista da autonomia, onde todos pensam e lutam juntos. Inojosa (1999) destaca que, a Economia Solidária busca por outro projeto de sociedade que rompe com a lógica de competição, de individualidade monopolizadora e excludente, na perspectiva do trabalho solidário, protagonizado pelas classes populares. Grupos de trabalho são formados pelos próprios trabalhadores para propor alternativas coletivas para a sobrevivência.

Conceituando a Economia Solidária como:

Antes de tudo é um processo contínuo de aprendizado de como praticar a ajuda mútua, a solidariedade e a igualdade de direitos no âmbito dos empreendimentos e ao mesmo tempo fazer com que estes sejam capazes de melhorar a qualidade de seus produtos, as condições de trabalho, o nível de ganho dos sócios, a preservação e recuperação dos recursos naturais colocados à sua disposição (GADOTTI, 2009, p.13).

Portanto, a Economia Solidária é uma estratégia de criação de grupos de geração de trabalho e renda, sendo esta uma forma não só de resistir ao sistema como o de protestar por uma nova sociedade, onde o sujeito tenha oportunidade de ser protagonista da sua própria história de luta e de sobrevivência.

Conforme o Ministério do Trabalho e Emprego/MTE considera-se que Economia Solidária contrapõe-se ao modo de produção capitalista, tornando-se assim, uma forma inovadora de inserir-se a alguma atividade de geração de trabalho e renda, onde os sujeitos são os principais protagonistas e criadores do sucesso de empreendimentos econômicos solidários, pois é a partir do esforço e confiança de cada um que se chegará ao grande sucesso. O processo de conscientização nesses empreendimentos solidários é decorrente da criticidade e da capacidade de reflexão dos trabalhadores em relação à realidade social, econômica e política.

Para alguns autores a Economia Solidária representa um novo modo de produção, ou seja, uma nova alternativa ao sistema capitalista. A Economia Solidária é ou poderá ser mais do que uma resposta à incapacidade do capitalismo

de integrar em sua economia todos os membros da sociedade necessitados a trabalhar (RITTER, 2010). Destacando-se nesse sentido, a organização solidária, para geração de trabalho e renda, principalmente para as famílias assentadas oriundas do MST.

A relação da Economia Solidária e o MST estão intimamente ligados, pois ambos se organizam em resposta ao sistema capitalista, como forma de integração na sociedade, ocasionadas tanto pelo desemprego, como pela falta de moradia. Com a mobilização, adquirem acesso a terra e a outras formas de geração de trabalho e renda.

A Economia Solidária recobre diferentes formas de organização onde os cidadãos e cidadãs se incubem seja para criar sua própria fonte de trabalho, seja para ter acesso a bens e serviços de qualidade ao mais baixo custo possível, numa dinâmica solidária e de reciprocidade que articula os interesses individuais aos coletivos (TAUILE, 2002).

É nesse direcionamento que enfatizamos a contribuição do Serviço Social com os trabalhadores e com os empreendimentos coletivos solidários, em razão de estes surgirem como uma das formas de poderem gerar trabalho e renda, diante das manifestações da Questão Social.

3.3 A contribuição do Serviço Social para o fortalecimento dos empreendimentos de Economia Solidária e suas famílias

Para que se possa abordar a contribuição do Serviço Social junto aos movimentos sociais e os respectivos empreendimentos de Economia Solidária fazem-se necessário uma breve retomada da trajetória histórica e pontos importantes da atuação do Assistente Social.

O Serviço Social surge intimamente vinculado com as iniciativas da Igreja, como uma estratégia de qualificação, principalmente feminina, para atender os sujeitos abastados da sociedade, com a intencionalidade de dinamizar a missão política da igreja com a classe subalterna e particularmente junto à família operária (IAMAMOTO; CARVALHO, 2007).

A gênese da profissão começa com a industrialização e a concentração urbana e foram os grupos burgueses que mais contribuíram para que a profissão se colocasse socialmente, entretanto, o exercício da profissão dava-se por meio da filantropia e o assistencialismo (ESTEVÃO, 2006).

O Serviço Social tem como objeto de trabalho as manifestações da Questão Social, que segundo Iamamoto (2008) entende-se como:

Questão social apreendida como o conjunto das expressões da sociedade capitalista madura, que tem uma raiz comum: a produção social é cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação dos seus frutos mantém-se privada, monopolizada por uma parte da sociedade. [...] Questão social que, sendo desigualdade é também rebeldia, por envolver sujeitos que vivenciam as desigualdades e á elas resistem e se opõem (2008, p.27-28).

Com o Movimento de Reconceituação da profissão, Netto (2005) afirma que a partir daí os assistentes sociais passaram a ser executores (laicização) e planejadores (ciência, produtores de conhecimento) das políticas sociais. E segundo Faleiros (2005) o movimento de reconceituação significou uma visão crítica comprometida com a transformação social, rompendo com o conservadorismo e a entrada do marxismo nas universidades e no cotidiano de trabalho das assistentes sociais.

Com isso, a profissão passou a ser um trabalho social, para uma concepção conscientizadora revolucionária, o método de trabalho pautava-se obrigatoriamente pelo materialismo histórico e dialético com doutrina marxista.

Frente a essa realidade, a Economia Solidária surge no século XX como uma das alternativas de geração de trabalho e renda para quem está excluído do mercado formal de trabalho. E os assistentes sociais aos poucos vêm ocupando espaço nas Incubadoras Universitárias que são mencionadas como novas tecnologias sociais²³.

²³ Tecnologias sociais compreendem produtos, técnicas ou metodologias reaplicáveis, desenvolvidas na interação com a comunidade e que representem efetivas soluções de transformação social. É um conceito que remete para uma proposta inovadora de desenvolvimento, considerando a participação coletiva no processo de organização, desenvolvimento e implementação (Disponível em: <http://www.tecnologiasocial.org.br/bts/publicador.do?op=noticia&codigoNoticia=1&codigoTipoTexto=2>. Acesso em: 01 de novembro de 2010).

O assistente social que tem como objeto de trabalho as expressões da Questão Social, entre elas o desemprego, a pobreza, a falta de renda e ainda está procurando espaço para contribuir e reverter essa realidade. Um dos espaços que o assistente social está adquirindo é em Incubadoras Sociais e Projetos de Extensão Universitários que virão assessorar os empreendimentos econômicos solidários.

As universidades por meio das Incubadoras de Economia Solidária objetivam incubar e/ou assessorar as experiências de geração de trabalho e renda, com vistas a fortalecê-las e potencializá-las, de forma que adquiram viabilidade no mercado (DAMASCENA; GOERCK, 2010).

Cattani (2003) apresenta que o envolvimento das universidades na construção da Economia Solidária é importante pela capacidade de pesquisa e de elaboração teórica que possuem os estudantes, professores e técnicos que se engajam na formação e incubação de cooperativas.

Nesse sentido, destaca-se que os empreendimentos econômicos solidários podem estimar tanto os sujeitos quanto as atividades desenvolvidas por eles, colaborando para a socialização diante do processo de trabalho realizado. O trabalho desenvolvido pelo assistente social, em concomitância, objetiva o processo de inclusão socioeconômica dos trabalhadores que estão excluídos do mercado formal de trabalho (GOERCK, 2009).

Dessa forma, o Serviço Social é uma das profissões que possui condições para desenvolver com os trabalhadores que constituem os empreendimentos coletivos solidários, ou seja, a Economia Solidária, fortalecimento e autonomia dos mesmos, de acordo sua instrumentalidade e seu processo de trabalho.

O Serviço Social possui princípios de acordo com o posicionamento a favor da igualdade e da equidade social, opção por um projeto social, vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação e exploração de classe, etnia e gênero (IAMAMOTO; CARVALHO, 2007). Nesse contexto pode ser articulado o papel do Serviço Social com a Economia Solidária em razão de este ter como objeto ou matéria prima de trabalho as expressões da questão social.

Entende-se a importância da família nesses empreendimentos solidários, pois ela é o elemento essencial da sociedade. Destacando-se assim, a relevância para a organização desses empreendimentos e para a atuação do Serviço Social. Fazendo-

se necessário uma breve conceituação e discussão sobre a temática família, para diferentes autores e pensadores.

Conceituar família é algo complexo e complicado de se definir e interpretar, pois depende do contexto histórico de cada sociedade. Segundo Guimarães (2002) a família agrega valores em suas histórias contadas. Ela é o lócus de potencialidades e é um espaço de construção de afetos, solidariedade, interdependência e reciprocidade.

Marconi e Fresotto destacam que:

A família, em geral, é considerada o fundamento universal das sociedades, por se encontrar em todos os agrupamentos humanos, embora variem as estruturas e o funcionamento. Se originariamente, a família foi um fenômeno biológico de conservação e reprodução, transformou-se depois em fenômeno social. Sofreu considerável evolução até regulamentar suas bases conjugais conforme as leis contratuais, normas religiosas e morais (MARCONI; PRESOTTO, 2007, p. 92).

Destacado pela referência, o conceito antropológico de família é o elo que liga os seres humanos em agrupamentos sociais, variando de sociedade para sociedade, objetivando a reprodução da espécie em um primeiro momento da evolução e posteriormente em um fenômeno social regulado por bases fundamentadas por leis e normas, tanto religiosas e morais.

Na NOB/SUAS (2005, p. 19) considera a família como:

(...) núcleo social básico de acolhida, convívio, autonomia, sustentabilidade e protagonismo social; A defesa do direito à convivência familiar na proteção de Assistência Social supera o conceito de família como unidade econômica, mera referência de cálculo de rendimento per capita e a entende como núcleo afetivo, vinculada por laços consangüíneos, de aliança ou afinidade, onde os vínculos circunscrevem obrigações recíprocas e mútuas, organizadas em torno de relações de geração e de gênero.

Para Winnicott (2005) a família é um dado essencial de nossa civilização. A família nunca deixa de ser importante e é responsável por muitas de nossas viagens; a existência da família e a preservação de uma atmosfera familiar resultam de relacionamentos entre os pais no quadro do contexto social em que vivem.

Conforme Sarthi (2005) a família pobre carrega uma vulnerabilidade que ajuda a explicar a frequência de rupturas diante de tantas expectativas não cumpridas com a configuração das relações de gênero, onde o homem se sente fracassado e a mulher vê suas chances de ter alguma coisa através do projeto do casamento não se concretizarem.

Martinelli (1998) ainda traz a reflexão sobre os novos modelos de famílias, formados por pais adolescentes, pais avós, mães solteiras, os novos casamentos que trazem a prole dos casamentos anteriores, reflexos deste novo momento que ela cita, a era da informática, da robótica, do substituir o supérfluo, refletindo nos relacionamentos familiares (principalmente entre os genitores), o que acarretará a novas demandas ao Assistente Social da contemporaneidade.

Portanto, conceituar família é algo desafiador para pensadores e estudiosos da temática, pois explicar família não é fácil e sim complicado e instigador.

Ressalta-se assim, a contribuição do Serviço Social com os empreendimentos e suas famílias, auxiliando os cooperados por meio da formação social dos mesmos, para que eles possam se reconhecer como sujeitos, como protagonistas, e aumentar as possibilidades de construção coletiva bem-sucedida de um empreendimento econômico. E a Economia Solidária torna-se alternativa de enfrentamento as manifestações da Questão Social expressas por essa sociedade desigual e individualista.

Destaca-se também uma competência do assistente social evidenciada no artigo 4º como: prestar assessoria e apoio aos movimentos sociais em matéria relacionada às políticas sociais, no exercício e na defesa dos direitos civis, políticos e sociais da coletividade (LEI DE REGULAMENTAÇÃO DA PROFISSÃO, nº 8.662/9 de 7 de junho de 1993). Entende-se assim, a importância do trabalho articulado do assistente social com os movimentos sociais, garantindo o cumprimento dos direitos da coletividade.

Posteriormente a reflexão e a discussão elencadas nesses dois capítulos de referencial teórico, será apresentado o campo de estágio que se deu a experiência profissional e a reflexão teórico-prático da elaboração do trabalho final de graduação.

4 APRESENTAÇÃO DO CAMPO DE ESTÁGIO

O presente item abordará o espaço em que se desenvolveu o estágio Obrigatório I e II, que será à base de dados para o relato de experiência que será abordado posteriormente. Serão elencadas a trajetória da instituição, objetivos e finalidades, público-alvo e a realidade do campo de estágio, bem como a prática do cotidiano do assistente social.

4.1 Histórico de São Borja

Como já apontado, inicialmente será abordado o histórico da instituição que foi realizado o estágio obrigatório, no entanto, faz-se necessário destacar brevemente o histórico do município onde se localiza a instituição.

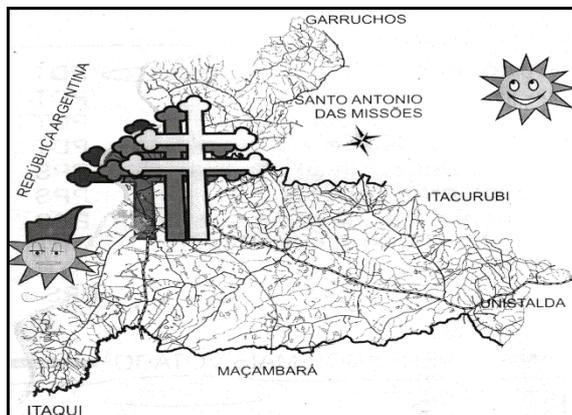
O Município de São Borja foi fundado em 10/10/1682 e emancipado em 21/05/1688. São Borja foi o primeiro dos chamados Sete Povos na segunda fase das Missões Orientais do Rio Uruguai e nasceu a partir do desdobramento do município de Rio Pardo em 12/12/1887, através da lei nº 1.614. A comarca foi criada através da lei nº 1.020, de 11/03/1833 desmembrado de Rio Pardo e é sem contestação, o núcleo habitacional permanente mais antigo do território rio-grandense do sul. Até a derrocada em 1756, os jesuítas incrementaram a pecuária extensiva, o artesanato, o cultivo da terra e deixaram o primeiro plano diretor do município. Os primitivos habitantes deste território foram os indígenas, que deixaram um legado na cultura e na formação étnica (PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA, 2009).

A cidade de São Borja está situada no Oeste do Rio Grande do Sul, com uma população de 57.228 habitantes (88,74%) e na rural 7.592 habitantes (11,71%), já em 2007 a população é de 61.834 habitantes, estando na área Urbana: 54.587 habitantes e na área rural: 7.247 habitantes. (Fonte IBGE 2007) e em 2008 o IBGE registrou 63.257. Estes dados mostram que nos últimos anos São Borja referente ao número de habitantes, não se mostrou permanente, oscilando, podendo ser este

fato, reflexo da imigração de famílias em busca de emprego em outras regiões do estado ou até mesmo em outros estados do Brasil. Mas, com os dados mais recentes do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística- IBGE do ano de 2009, distribuídos em uma área de 3.371,051 Km². A população urbana é de 55.708 habitantes (88,39%) e a rural é de 7.317 habitantes (11,61%), sendo esses distribuídos em 32.143 mulheres e 30.882 homens.

São Borja limita-se ao norte com as cidades de Garruchos e Santo Antônio das Missões (Brasil), ao sul, faz fronteira com as cidades de Maçambará e Itaqui; e a leste com as cidades de Itacurubi e Unistalda e, a oeste, com a cidade de Santo Tomé na Argentina (divisa demarcada pelo Rio Uruguai). Limites estes que poderão ser observados no mapa abaixo. E também é servida de acessos pelas BRs 472; 287 e 285, estando distante 595 km da capital do Estado (Porto Alegre) (ATLAS GEOAMBIENTAL DE SÃO BORJA, 2007).

MAPA DO MUNICÍPIO DE SÃO BORJA²⁴



No município onde se desenvolveu o projeto de extensão, está localizado a Comunidade Rural de São Marcos. A comunidade de São Marcos está localizada ao norte do município de São Borja, fundada em 3 de dezembro de 1997, com uma área de 400.35 Km², possuindo 17 famílias (ATLAS GEOAMBIENTAL DE SÃO BORJA, 2007). Sendo uma área caracterizada pelo predomínio de pequenas propriedades em assentamentos rurais do INCRA (Instituto Nacional de Reforma Agrária) do governo estadual e do Banco da Terra.

²⁴ Figura disponível no Atlas Geoambiental de São Borja: áreas de assentamentos (pequenas propriedades). Santa Maria, 2007.

Essas áreas de pequenas propriedades ocupam uma parcela pouco significativa do município de São Borja de apenas 0,5%, onde possuem uma produção diversificada. Onde dessas 17 famílias estão inseridas no Projeto de Extensão “Sustentabilidade Ambiental²⁵: Gerando Renda por meio de Práticas Solidárias” um total de 13 famílias que desejaram participar do projeto (sendo 10 famílias do MST/INCRA e 3 do Banco da Terra²⁶) (ATLAS GEOAMBIENTAL DE SÃO BORJA, 2007).

Nesta localidade encontra-se a Escola Municipal de Ensino Fundamental Bom Sucesso, atendendo alunos da 1ª a 4ª série, totalizando 36 alunos. Fundada aproximadamente no dia 27 de novembro de 1989, pelo registro de uma ata, onde reuniu-se a comunidade de São Marcos juntamente com secretariado do prefeito daquela época José Pereira Alvarez. E também a existência de uma Igreja denominada Capela de São Marcos, sendo este o padroeiro da localidade, fundada aproximadamente em fevereiro de 1992, estabelecida em ata. Realizada uma missa pelo Padre Paulo Aripe juntamente com o bispo Augusto Petró, realizando crisma neste mesmo dia.

O projeto de extensão inseriu-se nesta comunidade por meio da Associação dos Agricultores Familiares de São Marcos – ASAF-SM que foi fundada em 06 de abril de 2006, sendo sua sede situada no Assentamento São Marcos, localidade São Marcos, no município de São Borja/RS. Tendo sua diretoria composta de presidente, vice-presidente, 1º secretário, 2º secretário, 1º tesoureiro, 2º tesoureiro, eleitos bianualmente por assembléia geral na primeira quinzena do mês de abril. Terá mais um conselho fiscal, composto de três membros titulares e três membros suplentes eleitos também junto com a diretoria.

O Estatuto Social da Associação dos Agricultores Familiares de São Marcos-ASAF- SM (2006) tem como finalidade melhorar a qualidade de vida dos seus associados, fortalecimento da agricultura familiar, desenvolvimento rural baseada nos princípios da agroecologia, produção, o processamento, transporte e comercialização dos produtos produzidos pelos associados, racionalização do uso

²⁵ A Sustentabilidade Ambiental é a busca constante entre desenvolvimento econômico, social e também ao mesmo tempo preservação do ecossistema, do meio ambiente (OLIVEIRA, 2009).

²⁶ Banco da Terra, denominado Fundo de Terras e da Reforma Agrária, foi criado com a finalidade expressa de financiar programas de reordenação fundiária e de assentamento rural, mediante a lei complementar nº 93 de 04/02/98, que foi regulamentada em maio de 2000. Sendo instinto em 2003, por irregularidade (INSTITUTO DE ECONOMIA AGRÍCOLA, 2001).

dos fatores de produção, agilização ao processo de difusão de tecnologias agropecuárias, incentivar o associativismo nas comunidades e proporcionar acesso aos diversos serviços essenciais para os associados.

Dos integrantes da associação treze famílias optaram por participar do projeto, sendo num primeiro momento realizado pela equipe de implementação um diagnóstico social onde se obteve o perfil da população usuária inserida no projeto. Nessa associação da comunidade rural de São Marcos, que se desenvolveu o projeto de extensão.

4.3 Apresentação do Projeto de Extensão

O projeto de extensão²⁷ que foi desenvolvido pela UNIPAMPA, surgiu a partir de uma atividade da disciplina Núcleo Temático I, ministrada pela Dra. Professora Elisângela Maia Pêsoa, onde foi proposta a elaboração de um projeto de extensão. Materializando este projeto por meio de uma parceria com a Paróquia Imaculada Conceição e a universidade, especificamente com o curso de Serviço Social.

A Universidade Federal do Pampa/UNIPAMPA foi criada em 2006, pelo governo federal para minimizar o processo de estagnação econômica onde está inserida, pois a educação viabiliza o desenvolvimento regional, buscando ser um agente da definitiva incorporação da região ao mapa do desenvolvimento do Rio Grande do Sul (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA, 2009).

Efetivou-se e consolidou o projeto, onde posteriormente se expandiu um projeto de extensão denominado “Sustentabilidade Ambiental: gerando renda por meio de práticas solidárias” coordenado pela Dra. Professora Simone Barros de Oliveira, abrindo um campo de estágio para os acadêmicos do 6º semestre do curso de Serviço Social, planejado no sentido de promover um processo de conscientização para a sustentabilidade dos sujeitos envolvidos de forma a contribuir

²⁷ Extensão é um processo educativo, cultural e científico que articula o ensino e a pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre universidade e a sociedade (IAMAMOTO, 2008).

com geração de trabalho e renda a partir da difusão de experiências sustentáveis no contexto macro-societário.

O projeto tem como objetivos:

A implementação de ações de capacitação e cooperação entre trabalhadores na geração de trabalho e renda autogestionária com respeito ao meio ambiente de forma coletiva e democrática. A identificação de alternativas que contribuam para a viabilidade, quanto ao produto, à tecnologia, e ao mercado em que se encontra o desenvolvimento do projeto com vistas a garantir a mobilização e desenvolvimento local, a estimulação maior na forma de Economia Solidária, incentivar os jovens a permanecerem na zona rural, com vistas a diminuir o êxodo rural, elaboração de campanhas de divulgação das mercadorias produzidas na comunidade, capacitando as famílias para a compreensão e desenvolvimento de trabalho em sistema de cooperativa, trabalho coletivo com a disponibilização de assessoria e orientação para a identificação de oportunidades de investimentos (OLIVEIRA, 2009, p.7).

Concretizou-se através desses objetivos o fortalecimento desses sujeitos (famílias assentadas do MST/INCRA e do Banco da Terra) para o mercado consumidor, que exige um profissional qualificado e uma melhoria na qualidade de vida dessas famílias inseridas no projeto.

Nesse sentido, o projeto de extensão foi planejado para promover um processo de conscientização para a sustentabilidade dos sujeitos envolvidos de forma a contribuir com geração de trabalho e renda a partir de experiências sustentáveis, bem como uma aproximação da Universidade com a comunidade local. Atendendo um público-alvo de treze famílias da Comunidade Rural de São Marcos do município de São Borja/RS sendo essas assentadas do MST/INCRA e do Banco da Terra.

O trabalho do assistente social no projeto de extensão “Sustentabilidade Ambiental: gerando renda por meio de práticas solidárias” num primeiro momento ocorreu por meio de uma aproximação com a Comunidade e com as famílias, através da observação.

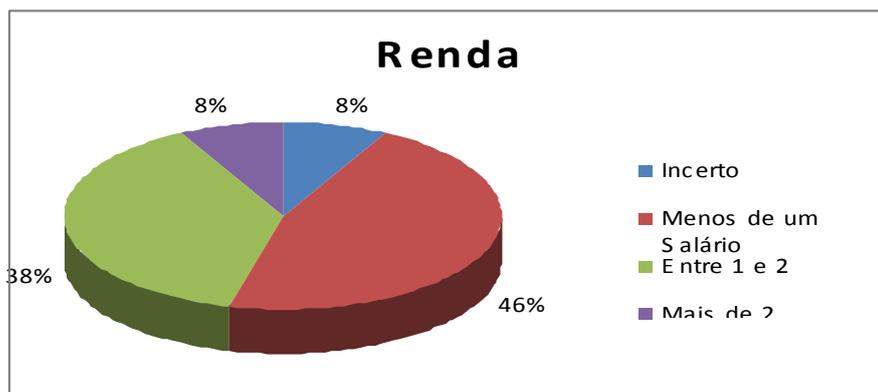
Por meio da observação realizou-se um diagnóstico sócio - econômico com as treze famílias, onde se obteve o perfil da população usuária inserida no projeto. Esta população que é caracterizada por uma baixa renda mensal (entre meio e um salário mínimo), pouca escolaridade (entre a 4ª série e 5ª série do ensino

fundamental), trabalhadores informais, sem vínculo empregatício, dependendo totalmente da terra para a subsistência, e da produção do leite (principal produto de produção das famílias), que é prejudicada por não ter o escoamento da produção.

Outro fator da realidade dessas famílias é o recebimento do auxílio oferecido pelo governo o Programa “Bolsa Família” e sem esse benefício às famílias não teriam do que alimentar-se e prover o sustento da casa e a permanência de seus filhos na escola. Visualizando assim uma necessidade de geração de trabalho e renda.

DIAGNÓSTICO SÓCIO-ECONÔMICO DAS FAMÍLIAS²⁸

Em relação à renda familiar, uma família declarava ser incerto, pois ela oscila muito dependendo da produção, seis famílias da comunidade relataram receber menos de um salário mínimo, enquanto que cinco disseram receber entre um e dois salários, e somente uma família recebe mais que dois salários mínimos. Observe o gráfico abaixo:

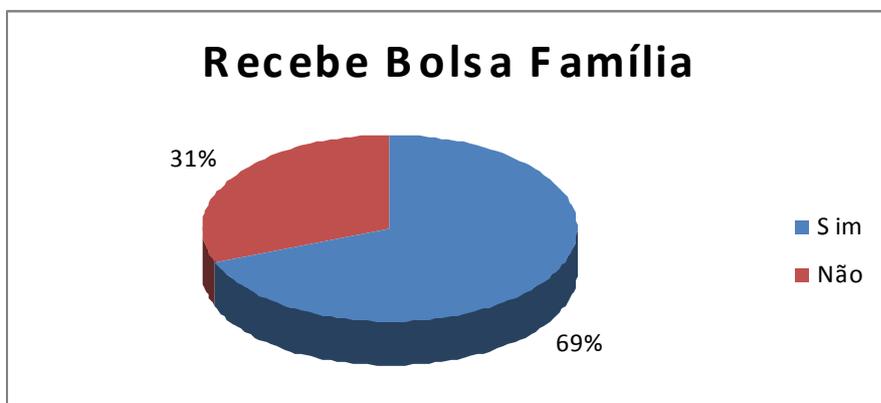


O diagnóstico mostrou que dez famílias não possuem vínculo apenas trabalhando com a terra e três famílias afirmaram que trabalham em outros setores, como mostra o gráfico abaixo:

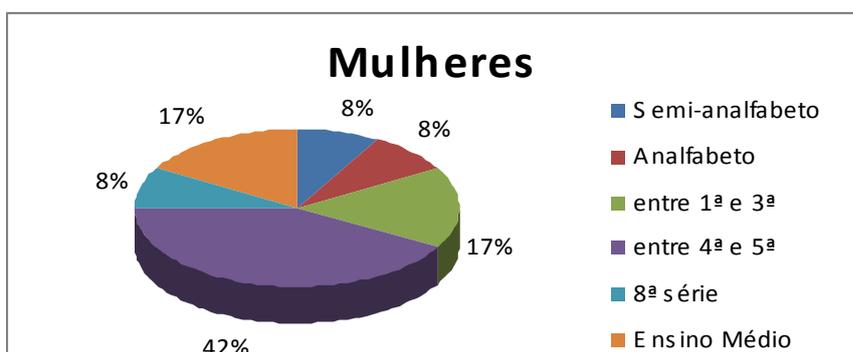
²⁸ Diagnóstico sócio-econômico das treze famílias da Comunidade Rural de São Marcos inseridas no projeto de extensão “Sustentabilidade Ambiental: gerando renda por meio de práticas solidárias” realizado no ano de 2009 (OLIVEIRA, 2009).

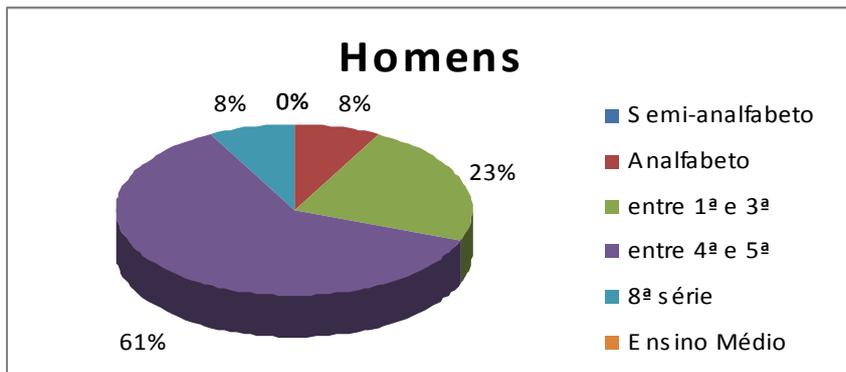


Os agravantes decorrentes da baixa renda apresentada nesta localidade são minimizados, pelo recebimento do Programa de benefício do Governo Federal “O Bolsa Família”. Na localidade nove famílias recebem o Benefício e apenas quatro declararam que não recebem. Observe o gráfico abaixo:



A baixa escolaridade dessas famílias também é um fator agravante, vistos que a maioria apenas tinha o ensino fundamental incompleto, numa variante entre segunda e quarta série. Só Alguns com o ensino fundamental completo e duas pessoas com ensino médio completo. Ressaltando ainda os semi-analfabetos e analfabetos.





Entre os homens apenas um tem até a oitava série do ensino fundamental, oito estudaram entre a quarta e quinta série do ensino fundamental, três entre primeira e terceira série do ensino fundamental, e um analfabeto. Já entre as mulheres, o grau de escolaridade é maior do que em relação ao dos homens, existindo uma analfabeta, uma semi-analfabeta, duas que estudaram até terceira série do ensino fundamental, cinco entre quarta e quinta série do ensino fundamental e uma com oitava série do ensino fundamental e duas com ensino médio completo.

Entre as expressões de desigualdades sociais encontram-se a vulnerabilidade social, trabalho precarizado do meio rural, falta de investimento e política pública para os pequenos agricultores familiares, preconceito e a exclusão social, nas expressões de rebeldia e resistência destaca-se o próprio movimento em si (MST) e o Projeto de Extensão “Sustentabilidade Ambiental: gerando renda por meio de práticas solidárias”.

Para Yasbeck (2006) do ponto de vista da renda, o que se evidencia é que para a grande maioria dos trabalhadores, com registro em carteira ou não, com contrato ou por conta própria, predominam os baixos rendimentos e a consequente privação material daí advinda.

Destaca-se também a falta de equipamentos sociais na comunidade, como a necessidade de construção de um posto de saúde, pelo difícil acesso de deslocamento até a área urbana, mostram-se as relações de poder, da influência do município de São Borja e da relação micro da comunidade de São Marcos, existindo uma fragilidade do meio rural, um abandono.

Com o diagnóstico das famílias já realizado, se implantou a Feira de Economia Solidária que possibilitou a geração e aumento significativo da renda das

famílias envolvidas nesse processo. A mesma, se realiza todos os sábados no bairro do Passo no município de São Borja/RS em frente a Paróquia Imaculada Conceição onde realizam a comercialização de seus produtos de forma coletiva e solidária entre as treze famílias.

Outra grande conquista também foi à criação da “logo marca” para a identificação dos produtos das famílias inseridas no projeto de extensão e sua comercialização.

No andamento do projeto, foram conquistadas novas parcerias que possibilitou uma qualidade significativa para o trabalho desenvolvido na Comunidade rural de São Marcos. Articulando parceria do curso de Serviço Social com os cursos de Agronomia, Nutrição e Ciência e Tecnologia Agroalimentar da Universidade Federal do Pampa/UNIPAMPA dos Campi São Borja e Itaqui e também uma aproximação com o Poder Público Municipal, ou seja, um trabalho interdisciplinar.

Severino (2008) destaca que a interdisciplinaridade implica no plano prático-operacional, que se estabeleçam mecanismos e estratégias de efetivação do diálogo solidário no trabalho científico, tanto na prática da pesquisa, como ensino, extensão e prestação de serviços.

Em parceria com o Poder Público municipal de São Borja/RS, existe a Patrulha Agrícola. Trata-se de ferramentas mecânicas (Trator, Carpideira, etc.) utilizadas no cultivo e manejo do solo, proporcionando assim um melhor aproveitamento do tempo no trabalho.

Adotando-se uma metodologia do Trabalho em Redes Sociais²⁹, cujo pressuposto básico é o fortalecimento do cidadão a partir de suas potencialidades, amplia-se o conhecimento e a interação dessa população com seu entorno, com a finalidade de possibilitar maior qualidade de vida e consciência ambiental.

²⁹ O trabalho em redes sociais proporciona ambientes para uma governança que tenha como objetivo não só a formatação de mecanismos que garantam a eficácia de suas ações e sua perenidade, mas que realmente construa um paradigma transformador de organização social (INOJOSA, 1999).

5 O PROCESSO DE TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL POR MEIO DO RELATO DE EXPERIÊNCIA

Nesse capítulo será abordada a metodologia utilizada na elaboração da reflexão teórico-prática, embasada no método dialético-crítico e suas categorias. Além de detalhar a experiência de estágio realizada na Comunidade Rural de São Marcos no município de São Borja/RS.

5.1 Método Dialético Crítico

A metodologia³⁰ é o caminho do pensamento e a prática exercida na abordagem da realidade, ou seja, a metodologia inclui simultaneamente a teoria da abordagem (o método), os instrumentos de operacionalização do conhecimento (as técnicas) e a criatividade do pesquisador (sua experiência, sua capacidade pessoal e a sua sensibilidade) (MINAYO, 2007).

O estudo fundamenta-se pelo método dialético-crítico de Karl Marx³¹ e pela teoria social crítica³², que possibilita analisar as relações entre os sujeitos com seu contexto social, observando e verificando processos muitas vezes contraditórios de um movimento que vai do particular ao universal, onde os fenômenos não são de forma isolada, mas correlacionados entre si.

Kosik (2002) destaca que para o pensamento dialético o real é entendido e representado como um todo que não é apenas um conjunto de relações, fatos e processos, mas também a sua criação, estrutura e gênese.

A dialética como uma forma de pensar o concreto através da construção de categorias abstratas que tratem de apropriar o real pelo pensamento, busca

³⁰ Metodologia é uma descrição formal dos métodos e técnicas a serem utilizados, indica as opções e a leitura operacional que o pesquisador fez do quadro teórico (DESLANDES, 1994).

³¹ Karl Marx era alemão. Suas idéias influenciaram o desenvolvimento da ciência, da filosofia e do movimento operário mundial. Criador do marxismo e do materialismo histórico (COSTA, 2005).

³² Teoria Social Crítica que é alicerçada pelo materialismo histórico, foi desenvolvida por Karl Marx e Friedrich Engels. Compreende o real analisando e percebendo também a base material que o constitui e suas peculiaridades contraditórias (GADOTTI, 1983).

compreender o movimento do real enquanto processo dinâmico e contraditório, e não como uma série de etapas rígidas preestabelecidas (FALEIROS, 2008).

Para Minayo (2007) a dialética trabalha com a valorização das quantidades e da qualidade, com as contradições intrínsecas as ações e realizações humanas, e com o movimento perene entre parte e todo e interioridade e exterioridade dos fenômenos.

O método dialético crítico pressupõe uma investigação profunda sobre o fenômeno, prioriza o desvendamento das contradições como um processo necessário à interpretação da realidade, à luz da sua contextualização histórica, para que seja possível captar as conexões e o movimento a partir da totalidade concreta (PRATES, 2000).

O método dialético-crítico fundamenta-se em três leis gerais da dialética: a lei da passagem da quantidade à qualidade (vice-versa), a lei da interpenetração dos contrários e a lei da negação da negação (KONDER, 2008).

A primeira lei refere-se ao fato de que, ao mudarem, as coisas não mudam sempre ao mesmo ritmo, o processo de transformação por meio do qual elas existem passa por períodos lentos e por períodos de aceleração (KONDER, 2008). A segunda lei é aquela que nos lembra que tudo tem a ver com tudo, os diversos aspectos da realidade se entrelaçam e, em diferentes níveis, dependem uns dos outros, de modo que as coisas não podem ser compreendidas isoladamente. E a terceira lei dá conta do fato de que o movimento geral da realidade faz sentido, não é absurdo, não se esgota em contradições e nunca perde o conflito entre teses e antíteses, entre afirmações e negações.

O método dialético-crítico é constituído também por três categorias: a totalidade, historicidade e contradição. A totalidade significa que as partes se encontram em relação de interna interação e conexão entre si e com o todo (GADOTTI, 1983). A historicidade é o movimento da realidade em forma de espiral e contínuo e a negação é a essência ou a lei fundamental da dialética, impulsiona o movimento da realidade.

Com a discussão acerca do método dialético-crítico que serve de suporte e embasamento teórico do estudo teórico-reflexivo, se faz necessário o enfoque da síntese da experiência adquirida na prática de estágio. Os documentos que serão utilizados para a elaboração do relato da experiência são: a análise institucional, plano de estágio I e II, relatório e diário de campo, ambos realizados no estágio

obrigatório em Serviço Social I e II, onde também serão apresentados os dados qualitativos.

5.1 Relato da Experiência

A experiência de estágio realizou-se na Comunidade rural de São Marcos no município de São Borja/RS com um público-alvo de treze famílias (sendo 10 famílias assentadas do MST/INCRA e 3 do Banco da Terra) no período de agosto de 2009 a julho de 2010.

A inserção do Serviço Social nessa localidade deu-se por meio do projeto de extensão “Sustentabilidade Ambiental: gerando renda por meio de práticas solidárias” com o objetivo de geração de trabalho e renda na perspectiva da Economia Solidária.

Num primeiro momento ocorreu a elaboração da análise institucional do local, que é um instrumento de trabalho do assistente social que visa conhecer a história da instituição, suas relações, objetivos ou finalidades, público-alvo e as possibilidades e limites de intervenção profissional e também uma aproximação do estagiário com a realidade do campo de estágio, bem como a prática do cotidiano do assistente social, o perfil e as expressões da Questão Social vivenciadas pelos usuários para se possível posteriormente realizar um projeto de intervenção.

Os principais instrumentais utilizados pela acadêmica no estágio foram: o planejamento social³³, visita domiciliar³⁴, entrevista³⁵, observação simples³⁶,

³³ Planejamento social é algo racional, lógico, científico e um processo permanente e metódico, sendo passivo de mudanças (BAPTISTA, 2003).

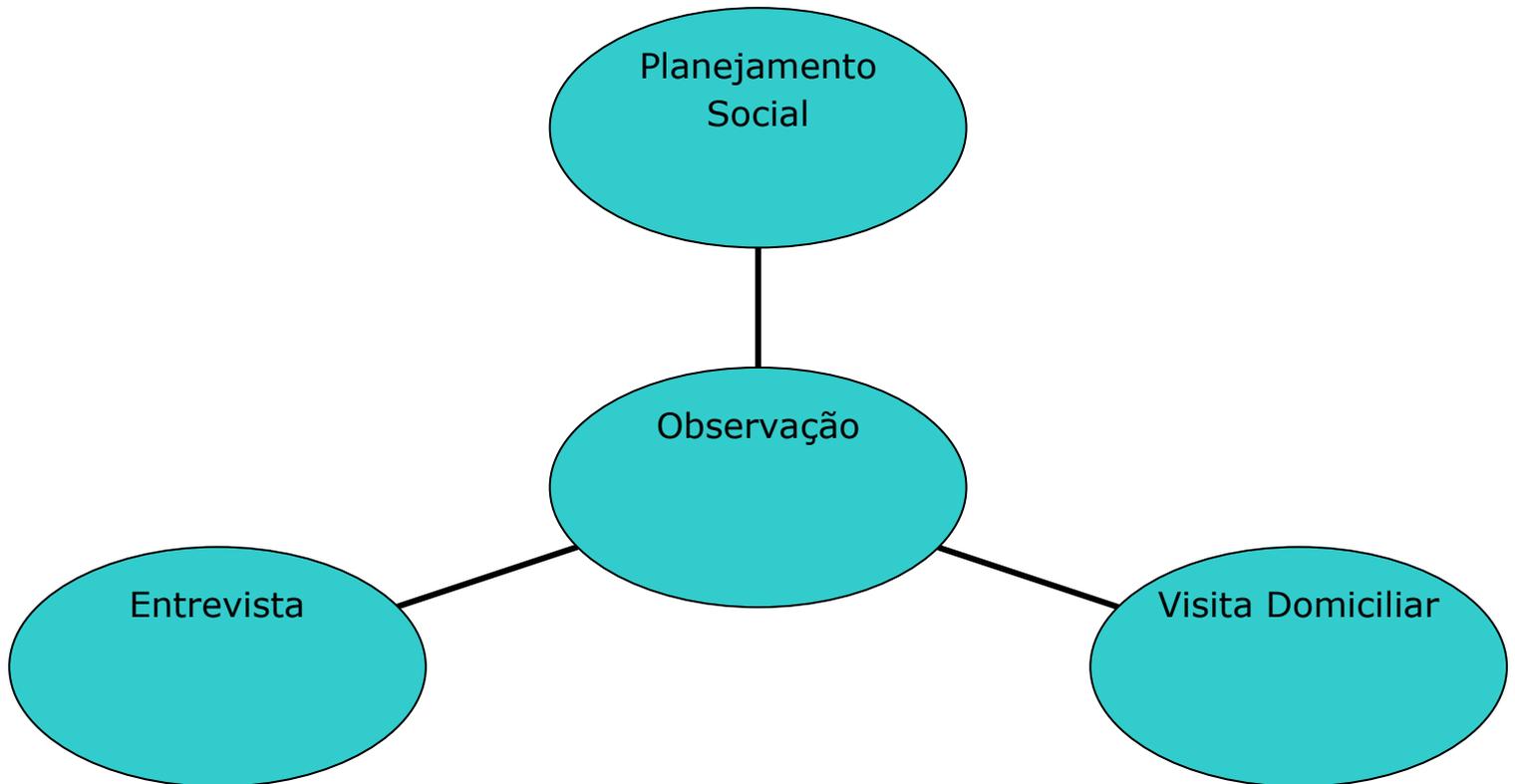
³⁴ Visita domiciliar é uma técnica que se utiliza de ferramentas como a entrevista e a observação. Sendo uma prática investigativa ou de entendimento realizada por um ou mais profissionais junto ao indivíduo em seu próprio meio social ou familiar (AMARO, 2003).

³⁵ A entrevista é acima de tudo uma conversa a dois, ou entre vários interlocutores, realizada por iniciativa do entrevistador. Ela pode ser classificada em: sondagem de opinião, semi-estruturada, aberta ou em profundidade, focalizada e projetiva (MINAYO, 2007).

³⁶ Observação Simples é aquela em que o pesquisador, permanecendo alheio á comunidade, grupo ou situação que pretende estudar, observa de maneira espontânea os fatos que aí ocorre (GIL, 2007).

palestras, grupo com as famílias e a aplicação de um projeto de intervenção, onde aconteceu uma aproximação com a comunidade.

Principais Instrumentais Utilizados³⁷



Para Guerra (2000) a instrumentalidade do Serviço Social remete a uma determinada capacidade ou propriedade que a profissão adquire na sua trajetória sócio-histórica, como resultado de confrontos entre teleologias e causalidades.

Desenvolveu-se a partir disso o projeto de intervenção³⁸ pela acadêmica que estava inserida no Projeto de Extensão “Sustentabilidade Ambiental: Gerando Renda por meio de Práticas Solidárias”, e dentro do referido projeto, o projeto de

³⁷ Figura Demonstrativa dos principais instrumentais utilizados pela acadêmica no Estágio Obrigatório em Serviço Social I e II.

³⁸ O projeto de intervenção tinha como objetivo principal o fortalecimento de dez famílias assentadas do MST/INCRA por meio dos princípios da Economia Solidária. E o projeto de extensão tinha como objetivo principal a geração de trabalho e renda na perspectiva da Economia Solidária de treze famílias da comunidade rural de São Marcos, caracterizadas por famílias oriundas do MST e do Banco da Terra.

intervenção de estágio objetivava o fortalecimento por meio da Economia Solidária e esclarecimento da importância de trabalhar de forma coletiva e cooperada, trabalhando com um público-alvo de dez famílias assentadas pelo MST/INCRA.

O projeto de intervenção é caracterizado da seguinte forma:

É realizado no momento em que, após o conhecimento aprofundado da realidade e a tomada de um conjunto de decisões, inicia-se o trabalho de sistematização das atividades e dos procedimentos necessários para o alcance dos resultados previstos. Essas decisões são sistematizadas, interpretadas e detalhadas em documentos que representam graus decrescentes de decisão. Este momento inclui também um trabalho de negociação e de envolvimento de outros autores durante o processo, não se constitui necessariamente num projeto de maior escala para a instituição, mas em definir um planejamento para a intervenção ou processo de trabalho do profissional ou estagiário do Serviço Social (BAPTISTA apud FERRARINI, 2003, p.27).

Destaca-se a partir da operacionalização do projeto de intervenção um momento de sistematização das atividades do estagiário com a realidade já desvendada e também a materialização dos objetivos propostos pelo projeto.

O projeto de intervenção foi desenvolvido com o universo de dez famílias do MST/INCRA da comunidade rural de São Marcos do município de São Borja/RS no período de março a julho de 2010, onde a intervenção com as famílias se deu quinzenalmente. Fundamentando-se pela teoria crítica, que possibilita analisar as relações entre os sujeitos com seu contexto social, observando e verificando processos muitas vezes contraditórios de um movimento que vai do particular ao universal, onde os fenômenos não são de forma isolada, mas correlacionados entre si.

A escolha dessas famílias não foi por acaso. Mas, estava relacionada há uma estratégia, que tinha como finalidade o enfrentamento das expressões da Questão Social vivenciadas pelas mesmas. Esta realidade está focalizada principalmente na baixa renda (pouco investimento na agricultura familiar) identificada pelo diagnóstico já realizado por meio do estágio. Por isso, o propósito de fortalecer as famílias como grupo coletivo e solidário na perspectiva de romper com o individualismo e a competição e assim, contribuir com as ações que viabilizem a geração de trabalho e renda para essas famílias através do projeto de extensão.

Tornou-se pertinente esse trabalho, pois visava proporcionar melhorias nas condições de vida das dez famílias assentadas do MST/INCRA localizadas na comunidade rural de São Marcos do município de São Borja/RS, fortalecendo assim sua autonomia e protagonismo social. Onde o fortalecimento das famílias aconteceu através dos princípios da Economia Solidária.

O projeto de intervenção tinha como objetivos:

A promoção do fortalecimento das famílias assentadas do MST/INCRA por meio de práticas solidárias, visando um entendimento e esclarecimento da importância de trabalhar de forma coletiva e cooperada. E tem como objetivos específicos: a identificação de posturas individualistas que dificultam o trabalho coletivo e proporcionar processos coletivos que objetivam a superação do individualismo e da competição. Esclarecer e orientar as famílias sobre os princípios da Economia Solidária e quanto aos direitos de cidadania. Realizar acompanhamento social com as famílias, a fim de identificar outras demandas (LEIRIA, 2009, p.6).

Com esses objetivos buscou-se promover o fortalecimento dessas famílias inseridas no projeto, no intuito de trabalharem de forma coletiva e cooperada, superando o individualismo e a competição.

Utilizou-se da técnica da observação, especificamente a observação-participante ou observação ativa, que segundo Gil (2007) consiste na participação real do observador na vida da comunidade, do grupo ou de uma situação determinada. Com o propósito de identificar posturas individualistas que dificultavam o trabalho coletivo, ou seja, a realização de um acompanhamento individual a essas famílias.

Com as dez famílias formou-se um grupo operativo ensino-aprendizagem, que conforme Zimerman (1997) é o tipo de grupo em que o essencial é “aprender” e o mais importante do que encher a cabeça de conhecimentos é formar cabeças. Com esse grupo buscou-se trabalhar no sentido de uma troca de conhecimentos e aprendizagens entre ambos, ou seja, tanto da estagiária como das famílias.

No grupo foram trabalhadas temáticas como: princípios da Economia Solidária, importância do trabalho de grupo e sustentabilidade, onde a escolha das temáticas deu-se de forma democrática entre as famílias, um planejamento entre todos (estagiária e as famílias). Essas temáticas tinham como finalidade um maior

entendimento e esclarecimento sobre a importância desses temas para o fortalecimento do grupo.

Realizou-se também com as dez famílias dinâmicas de grupos, no sentido de ampliar o conhecimento e a interação dessa população com o entorno, com a finalidade de possibilitar maior integração e fortalecimento coletivo.

Ocorrendo também visitas com as famílias em outras feiras e empreendimentos solidários, possibilitando uma articulação da teoria com a prática, ou seja, com o aprendizado adquirido no grupo, puderam verificar na prática do cotidiano. Sendo em parceria com o projeto de intervenção “Práticas de Sustentabilidade Ambiental na perspectiva da geração de renda” coordenado por outro estagiário inserido no mesmo campo de estágio.

Ressalta-se assim, a importância da articulação da teoria com a prática no estágio, pois possibilitou a materialização dos objetivos propostos pelo projeto de intervenção, além da transformação da realidade dos sujeitos envolvidos neste processo.

Com a realização do grupo ensino-aprendizagem com as dez famílias do MST/INCRA observou-se uma grande aceitação das famílias para a formação desse grupo, onde participavam praticamente em todas as reuniões e pode-se notar por relato das mesmas uma compreensão e reflexão sobre as temáticas abordadas no grupo.

Outro aspecto importante é a tomada de consciência por parte de algumas famílias, que reconheciam-se como competitivas, egoístas e individualistas e também refletindo que os resultados são de médio - longo prazo e precisavam também de investimentos para lá adiante “colherem os frutos”.

Destacando-se o seguinte depoimento:

Considero a importância desses encontros para nosso fortalecimento como grupo e esse movimento de reflexão (DEPOIMENTO DE UM ASSENTADO DO MST. Diário de Campo: 08. jun.2010).

Sabe-se que em todo o trabalho existem os limites e as possibilidades, e neste encontrou-se alguns obstáculos para a formação desse grupo, por surgirem outras demandas no percurso, de cunho urgente, que dificultaram os encontros, mas

nada que abalasse o andamento do grupo e utilizou-se de estratégias como o diálogo entre a equipe do projeto e os sujeitos envolvidos nesse processo.

Para Simionatto (1998) o resultado do trabalho do assistente social ocorre tanto no campo objetivo como através da prestação de serviços concretos necessários a reprodução material da força de trabalho.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por fim, a experiência adquirida na academia, possibilitou uma bagagem de conhecimento grandioso e de extrema relevância, tanto profissional como pessoal. O trabalho desenvolvido e a vivência de estágio realizado na comunidade rural de São Marcos do município de São Borja/RS possibilitaram um aprendizado através da prática profissional, com subsídios do embasamento teórico já adquirido na academia, articulando uma aproximação com a teoria e a prática do Serviço Social.

O trabalho e a experiência nesse campo de atuação profissional servirão como um grande instrumento de resgate e esclarecimento para sociedade em geral sobre a importância do MST para a história brasileira, sua trajetória e objetivos de luta, o seu verdadeiro significado de existência e seu legado histórico, ou seja, abrindo caminhos para os assistentes sociais difundirem esse campo de estudo no âmbito profissional.

Proporcionou-se também um maior entendimento e esclarecimento sobre a realidade existente na zona rural do município de São Borja/RS, sobre os movimentos sociais brasileiros, especificamente o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra/MST, mudando a visão “errônea” sobre o mesmo e as pessoas que o constituem, no sentido de ver as pessoas inseridas no movimento como “baderneiros” e desajustados.

Destaca-se a importância para a formação em Serviço Social com o estudo relacionado nessa temática, por ser algo ainda inovador e pouco difundido na profissão. Desta forma, constata-se a relevância também acadêmica e profissional deste tema.

Ressalta-se o diferencial dessa experiência em estágio proporcionado pelo Projeto de Extensão “Sustentabilidade Ambiental: gerando renda por meio de práticas solidárias” onde tive a oportunidade incrível de conviver e trabalhar com famílias da zona rural do município de São Borja/RS, que por muitas vezes me ensinaram e me proporcionaram um aprendizado e ensinamentos que levarei para toda a minha vida.

Ainda salienta-se essa vivência de estágio, que pude realizar um projeto de intervenção com famílias assentadas do MST/INCRA dessa localidade da zona rural, intervindo por meio de um grupo com o intuito de fortalecê-los enquanto coletividade.

Enfim, esses quatro anos de formação me proporcionaram um amadurecimento e crescimento ímpar, incentivando assim, na luta constante por uma sociedade mais justa e igualitária.

REFERÊNCIAS:

AMARAL, Ângela Santana do; CESAR, Mônica. **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009. p. 411-427

AMARO, Sarita. **Visita Domiciliar: guia para uma abordagem complexa**. Porto Alegre: AGE, 2003.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?: ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho**. 12. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

_____, Ricardo. **Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2006.

Ata de assembléia de fundação, aprovação estatutária, eleição e posse da diretoria da associação dos agricultores familiares de São Marcos – ASAF-SM, 2006.

Ata nº 7 da Comunidade do galpão dos Nardes, Fundação da E.M.E.F Bom Sucesso. São Marcos: 27 de novembro de 1989.

Ata nº 16 da inauguração da Capela de São Marcos. São Marcos: fevereiro de 1992.

BAPTISTA, Myriam Veras. **Planejamento Social: intencionalidade e instrumentação**. São Paulo: Veras Editora, 2000.

BARBOSA, Rosangela Nair de Carvalho. **Economia Solidária: estratégias de governo no contexto da desregulamentação social do trabalho**. . In: Políticas Públicas de Trabalho e Renda no Brasil Contemporâneo. 2. ed. São Paulo: Cortez; São Luís, MA: FAPEMA, 2008.

BEHRING Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social: fundamentos e história**. São Paulo: Cortez, 2007.

BONOTTO, Cléo Adriano Sabadi. **Tendo a Cruz por bandeira: movimentos religiosos contra-hegemônicos na América Latina inspirando as histórias da formação e a prática de agentes religiosos em movimentos populares no Rio Grande do Sul (1970-1980).** Centro de Ciências Sociais e Humanas. Universidade Federal de Santa Maria/UFSM. (Dissertação de Mestrado). Santa Maria, 2008.

BUSNELLO, Ronaldo. **Reestruturação Produtiva e Flexibilização dos Direitos Trabalhistas.** In: Reestruturação produtiva, desemprego no Brasil e ética nas relações econômicas. Ijuí: Ed. UNIJUÍ, 2000.

CALDART, Roseli Salete. **O MST e a formação dos sem terra: o movimento social como princípio educativo.** Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142001000300016*
**Acesso em: 31 jun.2009.

_____, Roseli Salete. **Pedagogia do Movimento Sem terra: escola é mais que escola.** Rio de Janeiro: Vozes, 2000.

CASTRO, Alisson. **Elementos Fundamentais da História do MST.** Disponível em: <http://alissoncastro.sites.uol.com.br/historiadomst.htm> Acesso em: 31 jun. 2009.

CATTANI, Antonio David. **A outra economia.** Porto Alegre: Veraz Editores, 2003.

COLETÂNEA DE LEIS. **Lei de Regulamentação da Profissão.** Rev. e ampl. Conselho Regional de Serviço Social - CRESS: Porto Alegre, 2005.

CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL- CNAS. Aprova a Norma Operacional Básica da Assistência Social-**NOB/SUAS.** Resolução nº130 de 15 de julho de 2005. Brasília, p.19.

COSTA, Maria Cristina Castilho. **Sociologia: introdução à ciência da sociedade.** São Paulo: Moderna, 2005.

COUTO, Berenice Rojas. **O direito social e a assistência social na sociedade brasileira: uma equação possível?** São Paulo: Cortez, 2006.

DAMASCENA, Monique Bronzoni; GOERCK, Caroline. **Assessoria como Instrumento de Trabalho utilizado pelo Serviço Social nas Incubadoras de Economia Solidária.** In: A diversidade de Atuação do Serviço Social: desvelando o processo de trabalho. Porto Alegre: Faith, 2010.

DEMOUSTIER, Daniele. **A Economia Social e Solidária:** um novo modo de empreendimento associativo. São Paulo: Edições Loyola, 2006.

DESLANDES, Suely Ferreira. **Pesquisa Social:** teoria, método e criatividade. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

ESTEVIÃO, Ana Maria. **O que é Serviço Social.** - São Paulo: Brasiliense, 2006.

FALEIROS, Vicente de Paula. **Saber Profissional e Poder Institucional.** São Paulo: Cortez, 2008.

_____, Vicente de Paula. **Reconceituação do Serviço Social no Brasil:** uma questão em movimento? Revista Serviço Social e Sociedade n.84. São Paulo: Cortez, 2005.

FEITOSA, Sara. **Mais um ano debaixo de lonas.** In. Relatório Azul 1998/1999: garantias e violações dos direitos humanos. Porto Alegre: Corag, 1999.

FERRARINI, Adriane Vieira. **Processo de trabalho do Serviço Social II.-** Cadernos Universitários.- Canoas: Ed. ULBRA, 2003.

FLICKINGER, Hans-Georg (org.). **Entre Caridade, Solidariedade e Cidadania:** História comparativa do Serviço Social Brasil/Alemanha. Porto Alegre, EDIPUCRS, 2000.

GADOTTI, Moacir. **Economia Solidária como práxis pedagógica.** São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 2009.

_____, Moacir. **Concepção Dialética da Educação:** um estudo introdutório. São Paulo: Cortez, 1983.

GAVIRAGHI, Fabio Jardel. **Empreendimentos de Economia Solidária: caminhos da (in) viabilidade?** Faculdade de Serviço Social. . Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. (Dissertação de Mestrado). Porto Alegre, 2010.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e Técnicas de pesquisa social**. 5.ed. São Paulo: Atlas, 2007.

GOERCK, Cariline. **Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento: sua contribuição para a viabilidade das experiências coletivas de geração de trabalho e renda no Rio Grande do Sul**. Faculdade de Serviço Social. . Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. (Tese de Doutorado). Porto Alegre, 2009a.

_____,Caroline. [et al]. **Múltiplas Faces da Questão Social: o objeto de trabalho do assistente social em expressão**. Porto Alegre: Faith, 2009b.

_____, Caroline. Serviço Social e experiências de Economia Popular Solidária: um novo espaço de trabalho aos assistentes sociais. **Revista virtual textos & contextos**. N.5, ano V, Nov.2006a.

_____, Caroline. **Processos de trabalho na Economia Popular Solidária: uma forma diferenciada do trabalho coletivo no Vale do Rio Pardo**. Faculdade de Serviço Social. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. (Dissertação de Mestrado). Porto Alegre, 2006b.

GOHN, Maria da Glória. **Movimentos Sociais no início do século XXI: antigos e novos atores sociais**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

_____, Maria da Glória. **Teorias dos Movimentos Sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos**. 5.ed. São Paulo: Edições Loyola, 2006.

_____, Maria da Glória. O novo associativismo e o Terceiro Setor. **Revista Serviço Social e Sociedade**. nº 58. São Paulo: Cortez, 1998. p.9 -23

GRAVE, Fátima. Trabalho, desemprego e Serviço Social. **Revista Serviço Social e Sociedade**. nº 69. São Paulo: Cortez, 2002. p. 73 – 105

GUERRA, Iolanda. Instrumentalidade do processo de trabalho e serviço social. **Revista Serviço Social e Sociedade**. nº62. São Paulo: Cortez, 2000.

GUIMARÃES, Rosamélia Ferreira. Famílias: uma experiência em grupo. **Revista Serviço Social e Sociedade**. nº 71. São Paulo: Cortez, 2002.

HOLANDA, Maria Norma Alcântara Brandão de. O trabalho em sentido ontológico para Marx e Lukács: algumas considerações sobre trabalho e serviço social. **Revista Serviço Social e Sociedade**. nº 69. São Paulo: Cortez, 2002. p.5-29

HUGON, Paul. **História das Doutrinas Econômicas**. São Paulo: Atlas, 1980.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho na formação profissional**. 14. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

_____, Marilda; CARVALHO, Raul de. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil**. 20.ed. São Paulo: Cortez, 2007.

INOJOSA, Rose Merie. Redes de Compromisso Social. **Revista de Administração Pública**. Rio de Janeiro: FGV, 1999.

INSTITUTO DE ECONOMIA AGRÍCOLA. **A Reforma Agrária e o Banco da Terra**. Disponível em: <<http://www.iea.sp.gov.br/out/verTexto.php?codTexto=531>> Acessado em: 31 jun. 2009.

KAUFMANN, Josef Nicolas. Turbulências no mundo do trabalho. Quais são as perspectivas? **Revista Serviço Social e Sociedade**. nº 69. São Paulo: Cortez, 2002. p.30-52

KONDER, Leandro. **O que é Dialética**. São Paulo: Barsiliense, 2008.

KOSIK, Karel. **Dialética do Concreto**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 2002.

LEIRIA, Mariele Medeiros. **Projeto de Intervenção:** Fortalecimento das famílias assentadas do MST/INCRA da comunidade rural de São Marcos por meio dos princípios da Economia Solidária. São Borja: Mimeo, 2009.

LIMA, Edvaldo Carlos de. **Os movimentos sociais de luta pela terra e pela reforma agrária no Pontal do Paranapanema (SP):** dissidências e dinâmica territorial. Faculdade de Ciências e Tecnologia. Universidade Estadual Paulista/UNESP. (Dissertação de Mestrado). Presidente Prudente, 2006.

LIRA, Izabel Cristina Dias. **Trabalho informal como alternativa ao desemprego:** desmistificando a informalidade. In: Políticas Públicas de Trabalho e Renda no Brasil Contemporâneo. 2. ed. São Paulo: Cortez; São Luís, MA: FAPEMA, 2008.

MARCONI, Marina de Andrade; PRESOTTO, Zélia Maria Neves. **Antropologia:** uma introdução. 6.ed. São Paulo: Atlas, 2007.

MARTINELLI, Maria Lúcia. O Serviço Social na transição para o próximo milênio: desafios e perspectivas. **Serviço Social & Sociedade.** Ano XIX – nº 57. São Paulo: Cortez, 1998.

MARX, Karl. **O capital:** crítica da economia política. Vol 1. Livro 1- O processo de produção de capital. 13 ed. Rio de Janeiro : Ed Bertraud do Brasil, 1989.

MINAYO, Cecília de Souza. [etal]. **Pesquisa social:** teoria, método e criatividade. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

MTE. Ministério do trabalho e emprego. **Apresentação.** Disponível em: <http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/prog_apresentacao.asp>. Acesso em: 15 de maio de 2010.

MONTAÑO, Carlos. **Terceiro Setor e Questão Social:** Crítica ao padrão emergente de intervenção social. - 5. Ed.- São Paulo: Cortez, 2008.

NETTO, José Paulo. **O Movimento de Reconceituação:** 40 anos depois. Revista Serviço Social e Sociedade n.84. São Paulo: Cortez, 2005.

OLIVEIRA, Simone Barros de. **Sustentabilidade Ambiental: Gerando Renda por meio de Práticas Solidárias**. Ministério da Educação/ Secretária de Educação Superior. São Borja, 2009.

ORTIZ, Fátima Grave. Trabalho, desemprego e Serviço Social. **Revista Serviço Social e Sociedade**. nº 69. São Paulo: Cortez, 2002. p.73-106

PEREIRA, Potyara A.P. **Política Social: temas e questões**. São Paulo: Cortez, 2009.

PINHO, Diva Benevides. **Economia e Cooperativismo**. São Paulo: Saraiva, 1977.

PRATES, Jane [et al]. Metodologia de Pesquisa para populações de rua: alternativas de enfrentamento pelo poder local. **Revista Serviço Social e Sociedade**. nº 64. São Paulo: Cortez, 2000.

Prefeitura Municipal de São Borja. Disponível em: <<http://www.saoborja.rs.gov.br/site/index.php?section=city>> Acessado em: 03 out.2009.

POCHMANN, Marcio. **O fenômeno do desemprego no Brasil: diagnóstico e perspectivas**. In: Reestruturação produtiva, desemprego no Brasil e ética nas relações econômicas. Ijuí: Ed. UNIJUÍ, 2000.

RECH, Daniel. **Cooperativas: uma alternativa de organização popular**. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

RITTER, Carolina. **O mercado de trabalho para o adolescente em conflito com a lei: a economia solidária como alternativa de inserção social em Santo Ângelo?** Faculdade de Serviço Social. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. (Dissertação de Mestrado). Porto Alegre: 2010.

SARTHI, Cynthia. A. **Famílias enredadas**. In: ACOSTA Ana Rojas; VITALER, Maria Amália Faller. Família: redes, laços e políticas públicas. São Paulo: Cortez, 2005. p.21-36.

SCHNEIDER, José Odelso. **Democracia- participação e autonomia cooperativa**. São Leopoldo: UNISINOS, 19991.

SECRETÁRIA NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA (**SENAES**). Disponível em: http://www.mte.gov.br/tca_contas_anuais/2006/senaes.asp. Acessado em: 25 set. 2010.

SEVERINO, Antônio, Joaquim [et al]. **Serviço Social e interdisciplinaridade: dos fundamentos filosóficos à prática interdisciplinar no ensino, pesquisa e extensão**. São Paulo: Cortez, 2008.

SILVA, Fábio Dantas de Souza. **A formação de professores do MST/BA através do curso de pedagogia da terra**. Disponível em:

<http://www.encontroobservatorio.unb.br/arquivos/artigos/17.pdf.pdf>. Acesso em: 05 de outubro de 2010.

SILVA, Jacqueline Oliveira. Políticas Públicas Municipais de Trabalho e Renda na Perspectiva da Economia Solidária. **Revista Serviço Social e Sociedade**. nº 69. São Paulo: Cortez, 2002. p. 121-139

SIMIONATTO, Ivete. **Formação Profissional: um projeto de atualização**. Florianópolis, 1998.

SINGER, Paul. **Globalização e Desemprego: diagnóstico e alternativas**. São Paulo: Contexto, 2008.

_____, Paul. **Introdução à Economia Solidária**. 1ª.ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.

TAUILE, José Ricardo. Do socialismo de mercado á economia solidária. **Revista Econômica Contemporânea**. Rio de Janeiro, vol.6. nº1. p. 107-122. jan/jun 2002.

UFSM, **Atlas Geoambiental de São Borja: áreas de assentamentos (pequenas propriedades)**. Santa Maria, 2007.

Universidade Federal do Pampa. Disponível em:
<<http://www.unipampa.edu.br/portal/universidade>> Acesso em: 03 out.2009.

ZIMERMAN, Davi E; OSÓRIO, Luiz Carlos [et al]. **Como Trabalhamos com Grupos**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

WESCHENFELDER, Noeli Valentina; MARIA, Noemi Antonio. **A pedagogia cultural do movimento sem terra com relação à infância**. Disponível em:
<http://www.anped.org.br/reunioes/23/textos/0612t.PDF>. Acesso em: 05 de outubro de 2010.

WINNICOTT, Donald W. **A família e o desenvolvimento individual**. 3ª.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

WIKIPÉDIA. Disponível em:
http://pt.wikipedia.org/wiki/Movimento_dos_Trabalhadores_Rurais_Sem_Terra.
Acesso em: 30 de setembro de 2010.

YASBEK, Maria Carmelita. **Classes subalternas e assistência social**. - 5. ed. - São Paulo: Cortez, 2006.

Disponível em:
<http://www.tecnologiasocial.org.br/bts/publicador.do?op=noticia&codigoNoticia=1&codigoTipoTexto=2>. Acesso em: 01 de novembro de 2010.